



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Handwritten signature and initials in blue ink.

-----**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO**-----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E QUATRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO** -----

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Moura, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor José Domingos Negreiros Velez, coadjuvado pelo Senhor Carlos António Couraça Calhau e pela Senhora Marisa Isabel Rodrigues Moita Ferreira, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária em exercício. -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças” (**DOC.01/34**), para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

-----António José dos Santos Gomes; Maria Helena Gomes da Costa Pais; José António Prata Caeiro; José Francisco Lúcio Galego; João Augusto Espadeiro Ramos; Rui Pedro de Jesus Rodrigues; Gabriel Gustavo Boto Ramos; Ana Maria Charrama Farinho; Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio; José Maria Prazeres Pós-de-Mina; Maria José Fialho Silva; Carlos Octávio Lúcio do Carmo; António José Gonçalves Monteiro; José António Linhas Roxas de Oliveira; João António Ramos Diniz; Alfredo Manuel Frasquilho Guerra - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; António Limpo Montezo - Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel; Bruno Miguel Valente Monteiro – Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, esteve presente parte da sessão; Francisco Manuel Canudo Sena – Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador e Francisco José Gualdino de Almeida Candeias – Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. -----

-----A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores André Albino Linhas Roxas; José Francisco Calado Banha; Ana Paula Ventinhas Albardeiro Santana e Lurdes da Conceição Pé Curto Balola. A vereadora Cidália Isabel Floreano Figueira participou em parte da sessão. -----

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Nos termos dos artigos 27º e 28º, do Regimento da Assembleia Municipal, pediram substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, os seguintes membros: -----

-----André Claro Amaral Ventura, tendo sido substituído pelo senhor José António Prata Caeiro; Dulce Isabel Filipe Batista, tendo sido substituído pela senhora Ana de Jesus Mendes Gaspar, e José Prata Batista por Jonas António Condeça Castelhana.

-----Pedi também substituição, o membro Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita, tendo sido convocado o seu substituto António José Gonçalves Monteiro. -----

-----Verificou-se a ausência de Ana de Jesus Mendes Gaspar, Jonas António Condeça Castelhana e Nuno Miguel Sousa Franco, da bancada do Partido CH-CHEGA. -----

-----Às vinte horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta sessão. -----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam passar ao período destinado à análise da correspondência recebida e considerada mais relevante. -----

-----Observando não haver intervenções, o Senhor Presidente informou que passariam ao período de intervenção do público. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----O senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições para as intervenções do público. -----

-----Verificando não haver intervenções do público, o senhor Presidente, informou que iriam passar ao período antes da ordem do dia. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia informou que passariam à votação das atas anteriores, à exceção de duas, que ainda não estavam finalizadas. Informou também que, por motivos pessoais e de funcionamento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

[Handwritten signature]

Assembleia, a assistente que dá assessoria à Assembleia Municipal passou a ser a funcionária Maria Luísa Godinho, e agradeceu o trabalho anteriormente desenvolvido por Carina Ceríaco Quintas. -----

-----Tomou a palavra a eleita Helena Pais, que após cumprimentar os presentes, mencionou ter uma proposta para alteração à Ordem de Trabalhos. -----

-----O senhor Presidente informou que passariam à votação das atas e, posteriormente, poriam esse ponto à discussão. -----

-----**Apreciação e Votação da Ata n.º 26/2024 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 29 de abril.** -----

-----Deliberado, **unanimidade dos presentes**, com vinte e dois votos a favor, **aprovar** a ata n.º 26/2024 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte e nove de abril. -----

-----**Apreciação e Votação da Ata n.º 27/2024 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27 de junho.** -----

-----Deliberado, **unanimidade dos presentes**, com vinte e dois votos a favor, **aprovar** a ata n.º 27/2024 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte e sete de junho. -----

-----**Apreciação e Votação da Ata n.º 30/2024 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28 de outubro.** -----

-----Deliberado, **unanimidade dos presentes**, com vinte e dois votos a favor, **aprovar** a ata n.º 30/2024 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte e oito de outubro. -----

-----**Apreciação e Votação da Ata n.º 31/2024 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 20 de novembro.** -----

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Deliberado, **unanimidade dos presentes**, com vinte e dois votos a favor, **aprovar** a ata n.º 31/2024 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte de novembro. -----

-----**Apreciação e Votação da Ata n.º 32/2024 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 16 de dezembro.** -----

-----Deliberado, **unanimidade dos presentes**, com vinte e dois votos a favor, **aprovar** a ata n.º 32/2024 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em dezasseis de dezembro. -----

-----**Apreciação e Votação da Ata n.º 33/2024 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 18 de dezembro.** -----

-----Deliberado, **unanimidade dos presentes**, com vinte e dois votos a favor, **aprovar** a ata n.º 33/2024 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em dezoito de dezembro. -----

-----Tomou então a palavra a eleita Helena Pais, que referiu que primeira alteração seria na ordem dos pontos, entre o ponto quatro e o ponto cinco: *“Propúnhamos que o ponto quatro passasse a ser Tomada de Conhecimento do Relatório Anual da CPCJ, e o ponto cinco a designação, e aqui no ponto cinco alterar mesmo a redação do Ponto, passando a redação a ser: Designação de quatro cidadãos pela Assembleia Municipal para a integração na CPCJ de Moura”*. Segundo a eleita, faria sentido *“conhecer e analisar os desafios apresentados pela CPCJ, podendo desta forma a Assembleia tomar decisões mais informadas ao designar novos representantes, garantindo, deste modo, que as escolhas possam responder às necessidades identificadas”*. -----

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----O senhor Presidente da Assembleia pediu esclarecimento se se trataria somente da alteração da ordem, ao que a eleita mencionou que seria também a alteração na redação do ponto. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que não podia estar de acordo, mas deixaria à consideração da Assembleia, uma vez que três elementos da Comissão Alargada da CPCJ já estavam designados, por competência da própria Presidente da CPCJ, que os reconduziu. -----

-----Fez uso da palavra o eleito Rui Rodrigues, que afirmou que a troca dos pontos já tinha sido discutida na última reunião de líderes de bancada, e ficou assente, por maioria, que não haveria troca, o que o senhor Presidente da Assembleia confirmou. -----

-----Retomou a palavra a eleita Helena Pais, mencionou que na referida reunião ficou assente que esta proposta iria ser posta à consideração dos elementos da Assembleia, porque *“são os elementos da Assembleia que têm a competência de aprovar ou não esta proposta, por isso pomos à consideração de toda a Assembleia”*. *“Relativamente à redação também e ao facto de nós propormos que em vez de um, sejam designados quatro elementos, é que atendendo à própria legislação, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens, e até ao esclarecimento que foi enviado pela Presidente da CPCJ de Moura, analisando o Regulamento Interno da CPCJ, de facto, a duração do mandato é de três anos, podendo ser renovável por duas vezes, mas cabe portanto à Presidente da CPCJ, no final do primeiro e segundo mandatos de qualquer membro, quer se trate do termo do primeiro, como do segundo, comunicar à entidade que designou essa pessoa ou as pessoas, terminou o mandato dessas pessoas que foram designadas, neste caso por esta Assembleia, advertindo que, caso não seja dada resposta em contrário, o membro designado assumirá um novo mandato consecutivo, é isto que diz o Regulamento Interno, e realmente esta Assembleia ainda não se pronunciou sobre a renovação das três pessoas que tiveram o seu mandato renovado. Penso que, mesmo que venham a ser reconduzidas, esta Assembleia tem que manifestar o seu parecer quanto a essa situação”*. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia afirmou o assunto foi discutido na reunião entre os líderes de Bancada e a Mesa da Assembleia, e as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



erro de ortografia, uma questão de qualquer coisa que faltasse, é uma coisa. Agora isto não é uma falha, nem é uma falta, é uma alteração radical do ponto. Então é um novo ponto à Assembleia, eu tenho que aceitar este ponto na Assembleia, para a Ordem de Trabalhos, portanto eu não aceito este ponto para entrar na Ordem de Trabalhos, neste contexto". -----

-----Retomou a palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina. Frisou que: *"um órgão executivo, a Câmara Municipal, não pode alterar essa Ordem de Trabalhos, mas os órgãos deliberativos podem alterar a sua Ordem de Trabalhos, mediante uma votação, que tem que ser de maioria qualificada, e é a Assembleia que decide. Mesmo que seja um novo ponto, e admitimos que é um novo ponto, mas é a Assembleia Municipal que tem que decidir sobre isso".* O eleito afirmou ainda que: *"O senhor não tem essa competência, o senhor tem que colocar essa questão à votação".* -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia esclareceu que, a Mesa da Assembleia, em conferência, não aceitou o ponto, uma vez que a introdução do ponto novo implicaria a retirada do ponto já referido na Ordem do Dia, e informou que iriam proceder à votação da proposta de alteração da ordem dos pontos quatro e cinco. --- -----

-----A eleita Helena Pais pediu ao senhor Presidente uma interrupção dos trabalhos da Assembleia pelo período de cinco minutos. -----

-----O senhor presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta da bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária da alteração dos pontos quatro e cinco da Ordem do Dia-----

-----Deliberado por **maioria**, com quinze votos contra, **não aprovar** a proposta de alteração da ordem dos Pontos Quatro e Cinco da Ordem do Dia, apresentada pelos eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária. Os eleitos da CDU não votaram na proposta por si apresentada. -----

-----O senhor Presidente interrompeu os trabalhos por um período de cinco minutos. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que prosseguiriam os trabalhos.

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Tomou a palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, que disse: “O Regimento diz que *“só podem ser votados os assuntos que estejam agendados caso, com exceção, que os membros entenderam que há urgência, por dois terços dos membros da Assembleia Municipal”*, e era aquilo que o senhor Presidente devia ter feito, até porque parece que a designação ou a clarificação dos representantes na CPCJ é urgente, portanto o senhor não cumpriu o Regimento, nós vamos ponderar que medidas vamos tomar para que esta Assembleia funcione, cumprindo aquilo que são as regras regimentais”. -----

-----Fez uso da palavra o eleito António José Gomes, que após cumprimentar todos os presentes, referiu que queria colocar uma questão regimental, e afirmou: “Era totalmente impossível esta Assembleia agora pronunciar-se sobre uma situação que já está resolvida dentro da comissão. Eu lembro que, de acordo com a Lei de Proteção, os comissários por um período de três anos, renovável por mais duas vezes, e não há nada na Lei de Proteção que diga que a entidade que designa os comissários tem poder para lhe retirar o mandato. E, naturalmente, sendo esse o caso, não faria sentido nenhum estarmos a pronunciar sobre três comissários que já viram a sua Comissão renovada pela Presidente da CPCJ. E além do mais, temos que ver que estamos a falar de, quando são as nomeações, nós trabalhamos com pessoas, estamos a falar de designação por voto secreto”. O eleito mencionou que “O legislador, o que quis quando definiu os mandatos de três anos e a respetiva designação, o legislador deixou bem claro que os comissários, depois de eleitos, depois de designados e tomar posse dentro da respetiva comissão, têm total autonomia e independência relativamente às entidades que os nomearam. Portanto, não faria sentido, uma vez que eles foram reconduzidos, não vejo como é que esta Assembleia poderia agora interferir nesse processo que está consolidado e que não havia forma de inverter. Portanto, estamos a falar de uma impossibilidade jurídica, que, do meu ponto de vista, deve ser cabalmente afastada”. O eleito afirmou que o que se deveria fazer era o que estava previsto na Ordem de Trabalhos, ou seja, a designação do quarto elemento. -----

-----Retomou a palavra a eleita Helena Pais, que recordou que na anterior Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, ocorrida em dezembro, na Ordem de Trabalhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

constava a designação de quatro elementos e questionou o que teria acontecido para nesta sessão se proceder à designação de apenas um elemento. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia referiu que o assunto já tinha sido discutido e analisado na reunião de líderes, feita propositadamente para o efeito, e afirmou que os esclarecimentos já tinham sido dados. Comunicou que a Mesa da Assembleia aceitou a Moção da CDU para ser discutida e seria votada no final do Período Antes da Ordem do Dia. -----

-----Tomou o uso da palavra o eleito José António Oliveira, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que a sua intervenção era no sentido de valorizar, após várias chamadas de atenção da sua bancada, a forma como a correspondência estava a ser enviada, com a identificação do assunto, e também o esforço da regularização da situação das atas. O eleito referiu que se tratava de um ponto benéfico e era motivo de congratulação. -----

-----Fez uso da palavra a eleita Ana Farinho, que após cumprimentar todos os presentes, apresentou uma proposta, uma recomendação sobre os valores dos acordos de cooperação com juntas de freguesia, e procedeu à sua leitura: **(DOC.02/34)**

-----“Proposta -----

-----*Recomendação sobre os valores dos Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia -----*

-----*A Assembleia Municipal, tem agendada para esta sessão ordinária, uma proposta que foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal com o objetivo de reforçar os valores dos Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia do Concelho de Moura em vinte por cento. Esta proposta é positiva, constitui um avanço e representa zero ponto setenta e quatro por cento da participação do Município nos impostos do Estado conforme prescreve o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. -----*

-----*Declarações de vários presidentes de juntas de freguesia vão no sentido de reconhecer esta proposta positiva considerando-a, no entanto, insuficiente. -----*

-----*A verba prevista para os Acordos de Cooperação em dois mil e dezassete representava um ponto trinta e três por cento da participação nos impostos do Estado e tem-se verificado um acréscimo desses valores ao longo dos últimos anos. -----*

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Moura recomenda à Câmara Municipal de Moura que volte a apreciar o assunto e que submeta a este órgão uma proposta que acrescente aos valores agora previstos, o montante de vinte e um mil seiscentos e noventa e oito ponto trinta e dois euros, por forma a que o valor efetivo de aumento seja de quarenta por cento, passando, nesta situação, o valor a representar 0,86% da participação nos impostos do Estado. -----

-----Moura, 26 de fevereiro de 2025 -----

-----P'los Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura" -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia indicou que a proposta ia ser analisada, apesar de existir um ponto na Ordem de Trabalhos especificamente sobre o assunto. -----

-----Fez uso da palavra o eleito Gabriel Ramos, que cumprimentou todos os presentes. O eleito referiu a questão da desanexação das freguesias, saudou o povo de Santo Aleixo da Restauração e de Safara, pela forma como demonstraram a intenção e a vontade de desagregar essa União de Freguesias, pela proposta ter ido à Assembleia da República, ter sido aprovada, e afirmou que valorizam esse processo. E disse: "Temos que deixar aqui o repúdio, e acho que esta Assembleia Municipal deveria repudiar veementemente aquilo que foi o veto do senhor Presidente da República, que claramente criou um entrave político-jurídico sobre esta situação, no sentido de que esta situação da desagregação das freguesias nas próximas eleições autárquicas não estivessem conforme, no sentido de nas próximas eleições não haver uma eleição para a Assembleia de Freguesia de Safara, haver uma eleição para a Assembleia de Freguesia de Santo Aleixo". O eleito prosseguiu: "Gostaria também, neste caso, temos aqui oportunidade e deixar novamente o reforço daquilo que tem sido a posição sempre da CDU sobre este assunto, que a Assembleia Municipal continue, e acredito que, se não for até outubro, a partir de outubro com uma Presidência da CDU na Assembleia Municipal, esta situação será um dos primeiros pontos a serem tratados, que é a Assembleia Municipal tomar uma posição efetiva sobre uma justa aspiração do povo de Santo Amador, um povo que tem lutado por aquilo que eles acreditam, por aquilo que eles anseiam, que é voltar a ter a sua junta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

de freguesia e a CDU sempre esteve na linha da frente, no apoio ao povo de Santo Amador, continuará a estar na linha da frente no apoio de Santo Amador, e se esta situação não for resolvida até outubro, e volto a frisar, em outubro, quando a CDU estiver na Presidência da Assembleia Municipal, será um dos primeiros pontos a serem tratados neste órgão, por quem de direito". -----

-----O eleito fez um apelo: "Queria também increpar todas as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal ou sem assento nesta Assembleia Municipal, para que consigam junto dos seus representantes na Assembleia da República, de uma forma célebre tratar este assunto de forma que o veto do senhor Presidente da República perca eficácia e que tenhamos, neste caso, todas as condições para que as Uniões de Freguesia atuais, e que tinham sido aprovadas as suas desanexações, possam efetivamente tratar de todos os procedimentos legais, no sentido que, em outubro tenhamos efetivamente eleições com freguesias desagregadas". O eleito deixou uma nota por parte dos eleitos da CDU: "Esperamos que todas as forças políticas, que os representantes de todas as forças políticas consigam fazer chegar junto dos seus líderes partidários que é de extrema importância ouvir o povo, ouvir as reais aspirações do povo, e aquilo que é um anseio das populações para que, efetivamente, voltem a ter as suas Uniões de Freguesias, e cabe-nos a nós, enquanto eleitos, lutar e trabalhar nesse sentido". -----

-----Fez uso da palavra a eleita Maria José, que cumprimentou todos os presentes e procedeu à leitura de uma declaração de reconhecimento a Antónia Baião (DOC.03/34): -----

-----"DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO A ANTÓNIA BAIÃO -----

-----Antónia de Jesus Vilar Baião nasceu em Safara e reside em Santo Aleixo da Restauração tendo sido a primeira Presidente da Junta desta União que felizmente agora se volta a desagregar. -----

-----Desempenhou funções na COMOIPREL por ocasião da sua criação em mil novecentos e oitenta e seis, tendo sido despedida no ano de mil novecentos e noventa na sequência da suspensão das atividades desta Cooperativa, situação que ocorreu até mil novecentos e noventa e oito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Em mil novecentos e noventa e oito a COMOIPREL reativa a sua atividade e Antónia Baião volta a desempenhar nela funções assumindo o cargo de Coordenadora, sendo uma das principais impulsionadoras do processo de criação da Escola Profissional de Moura de que veio a ser Presidente do Conselho de Direção. -----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura expressam através desta declaração o seu reconhecimento pelo relevante papel que desempenhou ao longo da sua atividade na COMOIPREL, pelo elevado desempenho e dedicação que patenteou no âmbito destas responsabilidades, contribuindo com a sua ação para a consolidação da COMOIPREL no seu papel de plataforma de apoio ao desenvolvimento local e também para a consolidação da Escola Profissional de Moura como instrumento essencial de formação de centenas de jovens. -----

-----Ao reconhecer e valorizar o papel de Antónia Baião neste processo, os eleitos da CDU não podem deixar de lamentar e repudiar a posição daqueles que ao invés de valorizar quem o merece, procuram com recurso à falsidade denegrir a sua imagem. --

-----Tendo a sua vida sido marcada por uma contínua participação e intervenção cívica, felizmente continuamos e continuaremos a contar com a sua energia, a sua iniciativa e o seu espírito criador. -----

-----Obrigado Antónia. É uma honra e um privilégio caminharmos juntos na procura da construção de um mundo melhor. -----

-----Moura, 25 de fevereiro de 2025 -----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura” -----

-----O senhor Presidente informou que passariam à discussão da moção apresentada pela CDU, e divulgada anteriormente por email aos eleitos. (DOC.04/34) -

-----“Moção -----

-----Sobre a reposição de freguesias -----

-----A Assembleia da República aprovou recentemente a reposição de um conjunto significativo de freguesias que haviam sido extintas ao abrigo da Lei nº 11-A/2013, de vinte e oito de janeiro. No concelho de Moura as populações das freguesias de Safara e de Santo Aleixo da Restauração viram respeitadas as suas vontades, o que merece a nossa mais firme saudação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



-----Contudo, todo o processo em torno da reposição de freguesias, a partir da Lei nº 39/2021, de vinte e quatro de junho, esteve longe de ser linear. A começar por um conjunto de indefinições várias, algumas delas só clarificadas já após o termino da entrada de processos na Assembleia da República, terminando na não promulgação pelo Presidente da República do diploma que procedia à reposição das freguesias, e a consequente devolução do mesmo à Assembleia da República. -----

-----Pelo posicionamento de diferentes forças políticas é expectável que, apesar do veto presidencial, uma maioria de deputados na Assembleia da República confirme o diploma e a reposição das freguesias constantes no mesmo avance. -----

-----Nesta fase final do processo ficou também evidente que muitas freguesias, cujas populações e/ou órgãos autárquicos queriam ser repostas, não alcançaram as suas pretensões. No concelho de Moura é esse o caso da freguesia de Santo Amador.

-----Essas populações, cujas freguesias não serão agora repostas por motivos de condicionamentos vários quer de natureza legal, quer processual, não deixam de ter direito às suas aspirações. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Moura, reunida em sessão ordinária, a vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, delibera instar: -----

-----•O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Moura a manter e reforçar canais de comunicação com a Assembleia da República que sirvam para transmitir que no concelho de Moura continua a haver uma comunidade que tem pretensões, não satisfeitas, de ver repostas a sua freguesia;

-----•O senhor Presidente da Assembleia da República e os Grupos Políticos que a compõem a encontrar soluções que respeitem a vontade das populações no que concerne à reposição das suas freguesias extintas pela Lei nº 11- A/2013, de vinte e oito de janeiro. -----

-----Moura, 26 de fevereiro de 2025-----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura" -----

-----Fez usos da palavra o eleito João Ramos, que após cumprimentar todos os presentes, referiu que não lia a moção, uma vez que a mesma já tinha sido enviada para conhecimento dos eleitos. O eleito afirmou que a perspetiva da CDU era uma



perspetiva para a frente, e disse: "A nossa proposta é na perspetiva de sinalizar que ainda há comunidades que anseiam pelas suas freguesias e que a questão não foi resolvida, por isso se insta ao senhor Presidente da Assembleia para manter os canais que já tinha, e para ir colocando esta questão, e à Assembleia da República, ao presidente da Assembleia da República e aos grupos políticos, a dar conta precisamente disso, que ainda há comunidades que não viram satisfeitas aquilo que são as suas pretensões e legítimas aspirações. É esta a perspetiva da moção que foi apresentada". -----

-----Fez uso da palavra o eleito João Diniz, que cumprimentou todos os presentes. O eleito afirmou terem algumas alterações a fazer à moção apresentada. Se as alterações fossem aceites, votariam a favor, caso contrário teriam que votar contra. Procedeu então à leitura da moção com as respetivas propostas de alteração: (Nota: as alterações introduzidas pela bancada PS são apresentadas a **negrito**): -----

-----"Proposta de alteração do PS-----

-----Moção-----

-----Sobre a reposição de freguesias-----

-----A Assembleia da República aprovou recentemente a reposição de um conjunto significativo de freguesias que haviam sido extintas ao abrigo da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro. No concelho de Moura as populações das freguesias de Safara e de Santo Aleixo da Restauração viram respeitadas as suas vontades, **como resultado de um processo assente na clareza das deliberações dos órgãos competentes das autarquias locais, atempadamente e em prazo concluído, e entregue na Assembleia da República, o que merece a nossa mais firme saudação.**

-----Contudo, todo o processo em torno da reposição de freguesias, a partir da Lei nº 39/2021, de vinte e quatro de junho, esteve longe de ser linear, **começando pela errada interpretação das normas legais vertidas no diploma, continuando com a tentativa de desvirtuar, em particular, a previsão do número três do artigo vigésimo quinto cfe Processo de Reposição da Freguesia de Santo Amador. A começar por um conjunto de indefinições várias, algumas delas só clarificadas já após o termino da entrada de processos na Assembleia da República, terminando na não**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

[Handwritten signature]

promulgação pelo Presidente da República do diploma que procedia à reposição das freguesias, e a conseqüente devolução do mesmo à Assembleia da República. -----

-----Pelo posicionamento de diferentes forças políticas é expectável que, apesar do veto presidencial, uma maioria de deputados na Assembleia da República confirme o diploma e a reposição das freguesias constantes no mesmo, avance. -----

-----Nesta fase final do processo ficou também evidente que muitas freguesias, cujas populações e/ou órgãos autárquicos queriam ser repostas, não alcançaram as suas pretensões. No concelho de Moura é esse o caso da freguesia de Santo Amador, sendo, no entanto, justo reconhecer que o procedimento atinente à reposição desta freguesia enformou de vários vícios, desde logo o manifesto erro e interpretação por parte dos seus promotores, da norma do número três do artigo vigésimo quinto da Lei trinta e nove de dois mil e vinte e um, que atrás se mencionou, sendo conduzido à sua evidente recusa pela Assembleia da República. -----

-----Essas populações, cujas freguesias não serão agora repostas por motivos de condicionamentos vários quer de natureza legal, quer processual, não deixam de ter direito às suas aspirações. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Moura, reunida em sessão ordinária, a vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, delibera instar: -----

-----•O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Moura a manter e reforçar canais de comunicação com a Assembleia da República que sirvam para transmitir que no concelho de Moura continua a haver uma comunidade que tem pretensões, não satisfeitas, de ver reposta a sua freguesia;

-----•O Sr. Presidente da Assembleia da República e os Grupos Políticos que a compõem a encontrar soluções que respeitem a vontade das populações no que concerne à reposição das suas freguesias extintas pela Lei nº 11- A/2013, de 28 de janeiro. - -----

-----Moura, 26 de fevereiro de 2025 -----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura" -----



-----Tomou a palavra o eleito João Ramos, que realçou o cuidado da CDU na redação da sua Moção, na tentativa de extirpar responsabilidades, de uma bancada ou de outra, neste processo. Segundo o eleito, a intenção era sinalizar para o futuro, e disse: *"Temos muitos galhardetes para trocar responsabilizações, não o quisemos fazer. A opção do PS, o que o PS quis fazer foi precisamente colocar aqui, vir com o discurso da sua responsabilização, para apagar que na Assembleia de Freguesia quem votou contra a reposição da Freguesia de Santo Amador foi o PS, e na Assembleia Municipal quem impediu o assunto de Santo Amador ser votado foi o PS. E nós não quisemos fazer isso. O PS quer ir por esse caminho, nós, logicamente, não aceitamos essa alteração à nossa Moção, e pretendemos que a Moção da CDU seja votada como está. Cada um assume as responsabilidades políticas que tiver que assumir, até estamos num bom ano para isso, para assumir responsabilidades políticas sobre as matérias"*. -----

-----Retomou a palavra o eleito João Diniz, que afirmou que: *"a posição do Partido Socialista, no que diz respeito a esta questão da desagregação, da agregação e agora da desagregação é conhecida de todos"*. O eleito fez alusão à intervenção do eleito Gabriel Ramos: *"deixou no ar a posição da CDU, que também partilha da desagregação das freguesias de Moura, de Santo Agostinho e São João Batista"*. O eleito frisou ainda: *"Nós não temos nada, e volto a repetir isto, contra a desagregação da freguesia de Santo Amador. Estamos contra, liminarmente contra, a separação das freguesias de Moura"*. -----

-----No uso da palavra o eleito Gabriel Ramos esclareceu que não tinha feito tais afirmações: *"Estamos aqui a discutir assuntos sérios, tivemos a sensibilidade de apresentar uma moção que não ferisse suscetibilidades, no sentido de poder ser viabilizada, das outras vezes não as aprovaram, o Partido Socialista não as aprovaram, porque falávamos, de factos, desta vez evitámos isto, para ver se esta Assembleia conseguia, efetivamente, de forma unanime, respeitar a vontade da população, e o texto é claro, não fala de forças políticas, não fala de casos, não fala de situações em concreto, para ir de encontro daquilo que é, efetivamente, uma justa aspiração das populações, e aquilo que disse na minha intervenção anterior, reafirmo, ipsis verbis, não tiro nem uma vírgula daquilo que disse anteriormente, e que não vai nada de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

encontro ao que o eleito João Diniz acabou de dizer sobre aquilo que foi a minha intervenção.” -----

-----Fez uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, e referiu que: “O Partido Socialista foi sempre introduzindo fatores que o levassem, nesta Assembleia Municipal, a não tomar uma posição clara a favor da freguesia de Santo Amador, e encontrou, conseguiu encontrar sempre argumentos no sentido de contrariar qualquer deliberação que esta Assembleia Municipal tomasse, a dizer que vamos trabalhar em conjunto para repor a freguesia de Santo Amador”. O eleito mencionou que as bancadas têm posições distintas sobre o processo, “mas o processo morreu, infelizmente. Agora é tempo de iniciar um novo caminho, e é esse caminho que até vimos que era um sinal positivo que esta Assembleia Municipal tomasse de dizer: “não, nós estamos de acordo e vamos trabalhar em conjunto para que a freguesia de Santo Amador seja reposta”. Os senhores, agora, quiseram agora criar aqui fatores de perturbação, de conflito, para quê?” O eleito concluiu, dizendo: “Muitos parabéns, os senhores conseguem sempre encontrar desculpas, argumentos para não votarem a favor uma Moção sobre a reposição da freguesia de Santo Amador. Para a próxima, trazemos aqui uma a dizer assim: “A Assembleia Municipal de Moura é favorável à reposição da freguesia de Santo Amador”, ponto final. A ver o que é que vocês fazem”. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Rodrigues, para esclarecer que, desde o início do processo que: “O CHEGA é a favor da desagregação da Freguesia de Santo Amador”. E acrescentou: “Eu quero dizer que, desde o princípio, somos a favor. Sei que houve mal-entendidos, que não chegaram os convites para estarmos com a Comissão de Luta, nem reunimos, e volto a dizer que não precisam de apresentar mais moção nenhuma para saber a nossa opinião. É a favor”. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a Moção sobre a reposição de freguesias, apresentada pela CDU. -----

----- Deliberado, por **maioria**, com nove votos a favor, onze votos contra e três abstenções, **não aprovar** a proposta de Moção intitulada de “Sobre Reposição de Freguesias”, apresentada pelos eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Fez uso da palavra o eleito João Diniz, para apresentar a Declaração de voto da bancada do Partido Socialista: *"Como disse inicialmente, é evidente que votámos contra a moção, porque não foram aceites as alterações que nós sugerimos. Desta forma, não pudemos tomar outra posição que não fosse o voto contra."* -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia fez a sua declaração de voto: *"Eu vou, de alguma forma, justificar o meu voto contra esta moção, por uma razão simples e objetiva. Eu sou a favor da desagregação da freguesia de Santo Amador, e o que aqui vem, eu acho que não é de bom tom, peço desculpa, compreendo que queiram pôr aqui, mas não valia a pena, eu continuo empenhado em estabelecer os canais entre a Assembleia da República e entre a Assembleia Municipal, e entre os órgãos municipais, e entre a "associação" ou comissão de Luta para a desagregação da freguesia de Santo Amador, mas na minha opinião, esta questão do Santo Amador, infelizmente, tornou-se num caso político-partidário, e deixou de ser um caso apenas de salvaguarda das populações. Quero também aqui referir que estabeleci contactos com o atual Presidente da Comissão na Assembleia da República, que apesar de ter sido convidado duas vezes, ele não aceitou receber a Comissão com o Presidente da Assembleia Municipal. E o Presidente da Assembleia Municipal está disponível para colaborar com vocês, mas, referindo aqui, e este é um problema da Legislação, e vocês sabem isso tão bem como eu, eu acho que é por aí que se tem de caminhar, que é a alteração da legislação, no sentido de a desagregação de Santo Amador não obrigar à desagregação das três freguesias. Esse é um problema legislativo, que me foi confirmado, espero não estar aqui a dizer nenhuma inconfidência, mas que me foi confirmado, e é esse o meu parecer, da antiga Presidente da Comissão das Freguesias, que eu penso que o senhor Eleito João Ramos conhece bem, a Doutora Isaura Morais, com a qual reuni duas vezes, e falei duas ou três vezes ao telefone, sobre o assunto. Infelizmente, ou felizmente, isso agora depende, ela já não faz parte da Comissão, e o atual Presidente da Comissão, o deputado Bruno Nunes, com o qual também consegui entrar em contato, ficámos mais tarde de ver se é possível, começando o processo de início, se é possível reunirmos com ele e com alguém da Comissão, que ele entenda por bem, estar presente".* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Tomou a palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, comentou que a votação dos assuntos encerra o assunto, depois só se pode fazer uma declaração de voto. Como tal, questionou o senhor Presidente se o que acabou de dizer era a sua declaração de voto, o que foi confirmado. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia leu um texto de envio de condolências à anterior assistente técnica, Carina Ceriaco Quintas, pelo falecimento de sua mãe, ao qual os membros da Assembleia Municipal se solidarizaram unanimemente. -----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente informou que iriam passar ao período da ordem do dia. -----

----- ORDEM DO DIA -----

1. Proposta de Plano Local Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos. (DOC.05/34)-----

-----O senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Fez uso da palavra o eleito José António Oliveira, que apresentou algumas questões. Questionou se a Câmara entende que as metas apresentadas são realistas, apresentou como exemplo a recolha seletiva, passar de dezasseis por cento, em dois mil e vinte e três, para sessenta e seis por cento em dois mil e trinta. Colocou a questão sobre qual a estimativa de investimento necessário para cumprir as metas e quais as fontes de financiamento. Questionou também sobre o modelo tarifário, e citou o plano: "*constitui objetivo assegurar a cobertura dos gastos totais, que deve ser aplicado o princípio do poluidor-pagador*". Mencionou que, segundo o último relatório disponível do setor, o grau de cobertura dos gastos em Moura era de quarenta por cento, e o encargo anual com a tarifa de oitenta euros e cinquenta e oito cêntimos: "*Significa isto que a tarifa irá aumentar significativamente? E quanto aos bioresíduos, qual é, neste momento, o número de pessoas envolvidas em compostagem doméstica? Onde funciona a compostagem comunitária?*". Fez alusão à conclusão da informação que foi enviada, a qual referia a dificuldade na contratação de recursos humanos

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

operacionais, fator que condiciona o alargamento e reforço da recolha seletiva, para dar resposta às necessidades. O eleito questionou o porquê desta dificuldade de contratação de recursos operacionais. -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, que após cumprimentar todos os presentes, disse: *"As metas são muito difíceis, mas são as metas a que o país também está obrigado, e não foi fácil para as várias regiões negociar as metas às quais estão obrigados. Se o José António me perguntar se eu acredito muito que vamos conseguir cumprir estas metas com rigor, tenho muita dificuldade em dizer que sim, mas o que acontece é que estamos completamente empurrados, no sentido de através deste Plano Local e destes Planos Locais de norte a sul do país, de fazermos o esforço de conseguirmos chegar o mais longe possível. Não foi fácil a negociação, e estive na reunião em Lisboa, na altura, também com os vários parceiros e desde logo a entidade nacional que gere o caminho que nós temos que seguir, foram sempre muito resistentes a tornar flexível as metas em causa. Quanto aos investimentos, eles estão previstos no nosso quadro de investimentos, a este nível, podemos fazer chegar à bancada da CDU, o quadro com os valores que estão previstos, e os equipamentos que estão previstos adquirir, e as metas em termos de aquisição de equipamentos e de outros investimentos desta natureza, vamos fazer-vos chegar, para vocês terem também essa informação complementar. Mas, a questão dos Recursos Humanos, nós agora vamos lançar novos concursos, para o recrutamento de assistentes operacionais. Obviamente que a Câmara Municipal vai também, através do seu quadro de pessoal, reforçar os seus serviços, e o serviço em causa terá também reforço. Mas não nos iludamos, José António, o plano é muito exigente, é mesmo muito exigente, acarreta muito sacrifício da nossa parte, muita resiliência da nossa parte, mas é o plano ao qual nós estamos obrigados. Agora, eu preferia que ele fosse mais flexível, nas metas às quais nós estamos obrigados, de facto, todos os municípios envolvidos, todos os parceiros envolvidos, diriam ao José António precisamente a mesma coisa que eu, neste momento, mas isto foi o melhor que conseguimos, em termos de metas, obviamente não posso deixar de agradecer aos técnicos da Câmara Municipal de Moura, que com as metas a que estamos obrigados, construíram um plano ambicioso, difícil, mas ao qual nós vamos dar o nosso melhor, no sentido de termos uma boa*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

prestação, e, de facto, há aqui também uma questão cultural. Temos investimentos associados, temos a importância da agilização dos serviços do município, mas há uma questão cultural que nós temos de combater diariamente, e se nós queremos mudar de paradigma, se queremos de facto ter uma sociedade mais participativa, uma das coisas que estão previstas também são ações de sensibilização, no sentido de continuarmos a envolver as pessoas, no sentido de continuarmos, de facto, a fazer com que as pessoas tenham uma postura diferente, e não tem sido fácil, José António. Não tem sido nada fácil ter o contributo das pessoas. Em relação à recolha porta a porta, tem sido, por exemplo, nos bairros onde há mais idosos que nós temos tido mais participação. E porquê? Porque as pessoas olharam para esse tipo de recolha como um privilégio, como uma forma também de ter menos cansaço associado ao dia-a-dia, no que toca ao depósito dos seus resíduos. Há investimentos importantes que foram feitos, a RESIALENTEJO também fez investimentos importantes, em parceria com a Câmara, aqui em Moura. Há investimentos que, entretanto, nos últimos meses, foram reforçados: viaturas, recrutamento de pessoal para os serviços que nós cá temos entre nós. Há, de facto, um trabalho incansável da parte de toda a gente. Mas a parte que diz respeito à nossa comunidade também é da maior importância, mas vamos ver, o importante é jogarmos as mãos à obra e irmos fazendo caminho. Quanto à questão dos investimentos, quanto à questão da tarifa, depois nós enviamos esses dados todos para o José António, está bem? E para as bancadas todas". -----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Proposta de Plano Local Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos. -----

-----Deliberado, por **maioria**, com vinte votos a favor e três abstenções, **aprovar a Proposta de Plano Local Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PAPERSU – MOURA)**, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto dois da ordem do dia. -----

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



2. Proposta de Pedido de Reconhecimento de Interesse Municipal da Central Solar, em Moura. (DOC.06/34) -----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições para o ponto dois da ordem do dia.-----

-----Fez uso da palavra o eleito Gabriel Ramos. O eleito questionou quais seriam os benefícios efetivos da denominação de interesse municipal, quer para a entidade que solicita, quer para a Câmara Municipal, e o porquê de interesse municipal. O eleito referiu: *"O mais curioso aqui é que para os quarenta megawatts daquilo que já está instalado não houve aqui uma deliberação de interesse municipal relativamente àquilo que é o grosso do projeto, que são os quarenta megawatts, e estamos aqui, neste caso, está aqui a ser solicitado à Assembleia Municipal uma deliberação sobre os oito megawatts, mas o projeto não é um todo? Só uma parte é que efetivamente tem que ter interesse municipal? O grosso do projeto não tem interesse municipal? Existe aqui algum benefício pelo facto de só haver interesse municipal sobre os oito megawatts e não haver sobre os outros quarenta?"* O eleito questionou se existiria alguma justificação plausível para os quarenta megawatts já implementados não terem denominação de interesse municipal e ser solicitado para os oito megawatts. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, que afirmou: *"O que me foi dito na altura pelos técnicos, é que já tínhamos tido reconhecimento inicial, do projeto inicial, e agora era um complemento, obviamente, a esse reconhecimento. Eu até estava à procura na informação, se eles tinham feito constar, mas o que foi falado com o arquiteto Pedro é que tínhamos tido esse reconhecimento inicial na primeira fase do processo, e que agora seria, portanto, um complemento. Não vejo neste momento na informação, mas na altura foi o que falámos com o arquiteto Pedro, que já tinha tido esse reconhecimento inicial, e que não fazia sentido agora aparecer e não lhe ser devido o mesmo reconhecimento"*. -----

-----Retomou a palavra o eleito Gabriel Ramos. O eleito mencionou que, segundo a informação que dispunham, a Assembleia Municipal não se tinha pronunciado sobre o assunto, o que não correspondia à informação do senhor Presidente, de que existia uma declaração por parte da Câmara e da Assembleia Municipal, o que suscitava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

[Handwritten signature]

algumas dúvidas. O eleito colocou novamente a questão sobre qual o benefício ou vantagem de uma empresa ou entidade solicitar à Câmara Municipal, e posteriormente à Assembleia Municipal, a denominação de interesse municipal. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara respondeu: *“Para nós nenhum, sou sincero, para nós nenhum. Agora para a empresa, obviamente, no quadro dos investimentos que está a fazer, algum interesse tem. Agora para nós, vamos ser honestos, não há um benefício real para o município, agora para o interessado, para a empresa investidora, que já fez o investimento, e para aquilo que tem sido o caminho que eles têm feito no nosso concelho, há todo o interesse”*. -----

-----Fez uso da palavra o eleito Gabriel Ramos, que pediu ao senhor Presidente se poderia elucidar os presentes sobre quais seriam os benefícios para a empresa, no quadro dos investimentos. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: *“É uma questão de solicitar à empresa essa informação e fazê-lo chegar às bancadas”*. -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia, que referiu que as empresas, para conseguirem financiamentos, necessitam não só da denominação de interesse municipal, mas, por vezes, também a nível ministerial, a nível do poder central. Mencionou que, por vezes, no uso dos solos RAN (Reserva Agrícola Nacional), necessitam do reconhecimento de interesse municipal, para depois irem ao poder central, para poderem fazer os projetos. -----

-----Verificando não haver intervenções do público, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Proposta de Pedido de Reconhecimento de Interesse Municipal da Central Solar, em Moura. -----

-----Deliberado, por **maioria**, com onze votos a favor, dois votos contra e dez abstenções, **aprovar** a proposta de Pedido de Reconhecimento de Interesse Municipal da Central Solar, em Moura, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto três da ordem do dia.-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

3. Tomada de conhecimento de declaração de compromissos plurianuais existentes em trinta e um de dezembro, pagamentos e recebimentos em atraso data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro. (DOC.07/34)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Verificando não haver inscrições, o senhor Presidente informou que foi tomado conhecimento da Declaração de Compromissos Plurianuais existentes em trinta e um de dezembro; Pagamentos e Recebimentos em atraso à data de trinta e um de dezembro, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto quatro da ordem do dia.-----

-----4. Designação do representante da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) do Concelho de Moura (DOC.08/34)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Fez uso da palavra eleito João Diniz, que apresentou uma proposta, com a indicação de um nome para integrar a CPCJ de Moura (DOC.09/34): -----

-----"A Bancada do Partido Socialista propõe para integrar a CPCJ de Moura a senhora Carlota Faria Barradas Batista. -----

-----Moura, 26 de fevereiro de 2025 -----

-----P'la bancada do PS" -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente questionou se haveria mais alguma proposta. -----

-----Fez uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, que felicitou o Partido Socialista, por apresentar esta proposta: *"tendo em conta a discussão que houve sobre esta matéria, tendo em conta que os três eleitos, as três pessoas que estão a representar, que pelos vistos terá sido renovado o mandato que a Assembleia Municipal até tinha rejeitado essa proposta na anterior reunião, foram indicadas e, na*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

altura, no princípio deste mandato, as três pessoas pelo Partido Socialista, e até se desenvolveu um esforço, ou procurou desenvolver um esforço, no sentido de concertar posições e de as diversas forças políticas puderem indicar elementos para a CPCJ, , aquilo que nós esperaríamos hoje era que, perante esta situação, estando os atuais três elementos que integram a CPCJ sido incluídos numa lista proposta do Partido Socialista, que o Partido Socialista não querendo ser totalitário, chegaria agora aqui e não apresentaria qualquer proposta e estaria disponível para apoiar uma das propostas que outras forças políticas apresentassem". O eleito referiu que o Partido Socialista não seguiu esse caminho, apresentou a sua própria proposta: "sabe que tem maioria nesta Assembleia Municipal por falta de comparência, e, naturalmente, a proposta que tem, embora seja por voto secreto, é expectável, que seja aprovada, portanto ficará com os quatro elementos". O eleito conclui a sua intervenção afirmando: "A não ser que o Partido Socialista retire essa proposta, a CDU não apresentará qualquer proposta". ----

-----No uso da palavra, o eleito Rui Rodrigues referiu que não apresentariam nenhuma proposta: "Na decisão de líderes ficou mais ou menos esclarecido que iriam renovar, já tinham sido renovados pela senhora Presidente da CPCJ, eu achei um pouco estranho, depois do esclarecimento que veio por e-mail fiquei um pouco mais esclarecido, no entanto, não me inibe de dizer que acho o processo pouco democrático e um pouco estranho. Como é que uma pessoa pode entrar e é renovada em janeiro, a outra é renovada em dezembro, a outra é em abril, tem que se contar três anos, depois quando chegar a esses três anos uma sai antes, outra sai depois, é uma grande confusão. Esse processo começou mal, eu apoiei o método d'Hont, que acho que é muito mais democrático. Se é democrático para a CIMBAL, que representa os municípios do Baixo Alentejo, acho que também estávamos bem representados através do método d'Hont na CPCJ, e acho que era preciso na CPCJ, principalmente, que é uma instituição que tem muito que fazer, e também há muito para dizer, que uma certa democracia, e essa certa democracia era o PS retirar a proposta e deixar que outro elemento fosse eleito". -----

-----No uso da palavra, o eleito João Diniz, que afirmou admirar o espírito democrático das outras bancadas quando não estão em maioria, mas frisou que não iriam retirar a proposta. -----

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

[Handwritten signature]

-----No uso da palavra, o eleito Gabriel Ramos contrapôs a afirmação anterior: “a democracia só quando estamos na oposição”, alegando que: “A história da CPCJ, a história dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ, enquanto a CDU teve maioria nesta Assembleia Municipal, é precisamente o contrário que o eleito João Diniz acabou aqui de dizer. Nós, independentemente de termos maioria absoluta na Assembleia Municipal, sempre fomentámos neste órgão que deveria haver representantes de todas as forças políticas, e enquanto tivemos maioria na Assembleia Municipal, sempre foi prática na Assembleia Municipal, desde a Constituição da CPCJ de Moura. Aquilo que era um hábito e um ponto assente relativamente aos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ foi quebrado a partir do momento em que o Partido Socialista passou a ter maioria na Assembleia Municipal”. -----

-----Verificando não haver intervenções do público, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Proposta da Designação de um representante para a CPCJ, sendo a proposta apresentada designada de Lista A. -----

-----De acordo com o previsto no nº1, alínea l) do Art. 17º da LPCJ (Lei de Proteção de Crianças e Jovens), foi designada por esta Assembleia, com doze votos a favor, dez votos contra e uma abstenção a cidadã Carlota Faria Barradas Batista, para o exercício de funções como representante dos cidadãos eleitores na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Moura. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos para um breve intervalo. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente retomou os trabalhos e informou que passariam ao ponto cinco da ordem do dia. -----

5. Tomada de conhecimento do relatório, penso que todos os colegas tiveram acesso a este documento, o relatório anual de atividades de dois mil e vinte e quatro da CPCJ (DOC.10/34) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----No uso da palavra, o senhor Presidente agradeceu a presença de membros da CPCJ, a disponibilidade da senhora Presidente Maria de Fátima Moreira na apresentação dos pontos mais relevantes do relatório anual da atividade da CPCJ no ano de dois mil e vinte e quatro. -----

-----Fez uso da palavra a senhora enfermeira Fátima Moreira, que cumprimentou os presentes e prosseguiu com a leitura do resumo do relatório: -----

-----*“A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Moura procedeu à elaboração do relatório anual de atividades de dois mil e vinte e quatro, seguindo as Diretrizes emanadas da Comissão Nacional de Promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens. Assim, relativamente à Constituição da Comissão de Proteção das Crianças e Jovens são doze as entidades representadas. No que se refere às instalações e funcionamento, ao longo do ano de dois mil e vinte e quatro, as instalações mantiveram as condições necessárias ao funcionamento desta comissão. Os constrangimentos apontados prendem-se com a utilização de instalações sanitárias partilhadas com o público e a acessibilidade não adaptada a pessoas com mobilidade reduzida. Relativamente à caracterização processual, transitaram do ano de dois mil e vinte e três, sessenta e um processos. Ao longo do ano houve cento e sessenta e seis sinalizações, e um volume processual geral de cento e quarenta e sete processos. Cessou a intervenção com um total de cento e quatro processos, e estavam ativos no final do ano oitenta e nove processos.* -----

-----*Foram recebidos, aceites e dado resposta a catorze pedidos de colaboração de outras CPCJ, e nós efetuámos quatro pedidos de colaboração. A modalidade de contato mais frequente foi o email e a entidade que efetuou mais comunicações de perigo foram as forças de segurança, com sessenta e oito sinalizações, seguida do estabelecimento de ensino, com sessenta e duas e a entidade anónima com trinta e sete. A principal problemática sinalizada foi: a criança ou jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento, sem que os pais se oponham de forma adequada. E nela estão inscritas então os comportamentos graves antissociais ou de indisciplina e bullying. Aqui recebemos cinquenta e três sinalizações. De seguida, vem o absentismo escolar ou abandono escolar, com trinta e oito sinalizações. Em terceiro lugar esteve a negligência, e aqui pode ser ao nível da saúde,*



educativa, psicoafetiva, falta de supervisão, negligência grave. Recebemos trinta e uma sinalizações. Em quarto lugar ficou a violência doméstica, com vinte e quatro sinalizações. As outras sinalizações são em menor número e acabei por não as referenciar aqui. A faixa etária mais sinalizada foi a dos quinze aos dezasseis anos, com oitenta e um jovens acompanhados. De referir que dezoito destes por casamento infantil, seguindo-se dos onze aos catorze anos, com quarenta e dois jovens acompanhados. -----

-----A medida de promoção e proteção mais aplicada foi de apoio junto dos pais. Foram realizadas vinte e três reuniões na modalidade restrita e destas, duas foram de carácter extraordinário e urgente, e dez reuniões da modalidade alargada. No que concerne ao cumprimento das atividades do plano anual de atividades de 2024 foram realizadas a maioria das atividades previstas. No decorrer das atividades planeadas procurámos que as mesmas fossem realizadas numa ótica de maior proximidade de CPCJ, crianças e jovens e comunidade. De entre algumas atividades que desenvolvemos, destacamos em abril, mês em que se pretende sensibilizar a comunidade para a prevenção dos maus tratos na infância, realização de laços humanos com todas as turmas da creche, pré-escolar e primeiro ciclo do concelho. Participámos também neste mês com o Grupo Coral da Escola da Porta Nova, na abertura do mês da prevenção dos maus tratos, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa. - -----

-----Foi realizada também a terceira edição do concurso de marcadores de livros, que é uma articulação na CPCJ com a disciplina de cidadania e desenvolvimento do Agrupamento de Escolas de Moura, na qual se pretende, através dos marcadores de livros, explorar e dar relevo aos direitos das crianças. -----

-----Realizámos em setembro o décimo Encontro da Educação, sobre o Tema: "Olhares sobre a violência nas escolas", e em novembro, mês em que se celebra a Convenção dos Direitos das Crianças, realizámos com as turmas da creche, pré-escolar e primeiro ciclo do concelho trabalhos alusivos aos direitos da criança, que foram expostos nos estabelecimentos do comércio das diferentes localidades. Em suma, consideramos de extrema importância o desenvolvimento de ações de promoção dos direitos das crianças e de prevenção das situações de perigo para as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

crianças e jovens do nosso concelho, assim como atividades que sensibilizem toda a comunidade para a prevenção dos maus tratos na infância.” -----

-----A senhora presidente manifestou a sua disponibilidade para o esclarecimento de qualquer dúvida. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente colocou a questão se, relativamente a dois mil e vinte e três, se haveria algum facto relevante a salientar, quanto ao número de processos e à sua gravidade. -----

-----A senhora enfermeira Fátima realçou o aumento do número de sinalizações e mencionou que a problemática abrangia, cada vez mais, os comportamentos graves antissociais e a violência. Apontou também o abandono escolar como uma constante no nosso concelho, assim como o absentismo. -----

-----O senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, Francisco Canudo Sena, enalteceu o trabalho realizado pela CPCJ, diariamente. Lamentou que *“esse trabalho não chegue com mais facilidade ao conhecimento dos diversos intervenientes, nomeadamente aos agentes mais ligados diretamente com a problemática da infância, tal como as Juntas de Freguesia, que pelas competências alargadas, quer próprias, que a Lei lhe atribui, quer por delegação de competências de outras entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Moura, junto principalmente do pré-escolar e do primeiro ciclo”*. E o senhor Presidente da Junta acrescentou: *“Seria muito bom que, com mais frequência, nós tivéssemos acesso a alguma informação daquilo que são as dificuldades e os problemas que são detetados pela CPCJ, porque nós, todos os dias, lidamos com esta realidade”*. -----

-----O senhor Presidente Canudo Sena fez referência a uma citação do Professor Manuel Sarmento, sociólogo de grande relevância no país: *“Hoje em dia vêem-se mais pessoas a passear cães do que a passear crianças”*. Mencionou que algumas crianças quando saem da escola vão para o prolongamento, depois para a casa de alguém, e que algumas já chegam de pijama a casa, concluiu que os resultados não poderão ser bons. Referiu ainda outra questão relacionada com o aumento significativo de crianças com necessidades de educação especial, questionou o porquê deste aumento, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

afirmou: *"Era muito importante que a CPCJ se aproximasse mais de nós, ou nós nos aproximássemos mais da CPCJ. Se calhar as duas coisas seriam importantes"*. -----

-----Tomou a palavra a senhora presidente da CPCJ de Moura, que agradeceu a intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias. Quanto à questão, da maior proximidade da CPCJ com a Junta de Freguesia e com toda a comunidade, disse: *"é muito importante e daí a competência dos membros da comissão alargada, participarem mais, em conjunto com a comunidade e desenvolverem junto das estruturas que lá estão, projetos que possam promover o bem-estar das nossas crianças, nomeadamente esse relacionado com a parentalidade positiva, em que os pais assumam uma maior presença e o maior cuidado juntamente das suas crianças, com mais afeto, mais presença, é muito importante"*. -----

-----Em relação às crianças com necessidades de saúde especiais, nomeadamente o autismo, a senhora enfermeira frisou que só os estudos, a evidência científica, poderão dizer da sua maior frequência e das causas. *"Enquanto entidade CPCJ, o que nos importa é que estas crianças continuem a ser bem cuidadas e bem protegidas pelos seus pais"*. -----

-----Fez uso da palavra o eleito Gabriel Ramos, que louvou o trabalho feito pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Referiu que teve o prazer de passar por aquela casa: *"É uma casa de aprendizagem, e que efetivamente ficamos a conhecer a realidade de um determinado território, que passa completamente ao lado da esmagadora maioria da sua população"*. Colocou uma questão: *"Se efetivamente a CPCJ continua a sentir dificuldades por parte das entidades na nomeação dos seus representantes. (...) É só no sentido de tentar perceber se isso já foi colmatado e se efetivamente a CPCJ consegue efetivamente desenvolver o seu trabalho com todos os representantes das diversas entidades"*. -----

-----No uso da palavra, a senhora enfermeira referiu que gostariam de ter mais representantes dos jovens e da Comissão de Pais. Quanto às entidades que estão representadas, mencionou não ter havido dificuldade na sua substituição. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos, saudou a senhora Presidente e a professora Sílvia Farinho, que também estava presente, em representação da CPCJ. Afirmou o seu reconhecimento pelo trabalho complexo e difícil que levam a cabo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Referiu que há questões de alguma complexidade, que têm que ser tratadas com a devida precaução. O eleito referiu que trabalhou na CPCJ durante seis anos e que constatou que o aumento do número de casos tinha uma relação intrínseca com os problemas socioeconómicos: *“Quando se sentia que havia mais dificuldades socioeconómicas, percebíamos que havia mais casos, havia ali uma relação, não sei se essa realidade se mantém hoje em dia”*. O eleito referiu ainda que, tratando-se de um órgão de natureza política, as discussões refletem somente posicionamentos diferentes relativamente àquilo que são os representantes da Assembleia na CPCJ, não põem em causa aquilo que é o trabalho da Comissão. Frisou que: *“A Assembleia Municipal não é um órgão qualquer, não é por acaso que a senhora Presidente está aqui a apresentar o relatório da Comissão, mas não vai a todos os outros parceiros apresentar relatórios da Comissão. Aliás, com os órgãos autárquicos, a Câmara Municipal, também tem uma responsabilidade para com a CPCJ, que não tem com os outros órgãos, e a Assembleia Municipal também tem esta responsabilidade”*. -----
-----O eleito referiu que ao longo dos tempos tem havido diferentes posicionamentos da Assembleia Municipal, relativamente aos seus representantes. Mencionou que: *“Quando perguntámos aqui na Assembleia Municipal o que é que os representantes da Assembleia Municipal nos tinham a dizer sobre o trabalho que lá desenvolvem, o eleito Carlos Calhau é a única pessoa que nos tem falado sobre isso, até porque alguns eleitos pela Assembleia Municipal não fazem parte deste órgão, e a Lei permite, não é nada de ilegal essa nomeação, mas é perceber qual é o papel dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ, a sua participação efetiva e se tem sido relevante ou não o seu trabalho”*. O eleito colocou a questão da renovação dos representantes da CPCJ: *“Se a senhora Presidente nos conseguir, nos puder esclarecer. O que discutimos aqui é se há uma nomeação ou não, se a senhora Presidente pode ou não reconduzir os membros eleitos por um órgão que lhe é externo e que não é o órgão que a senhora Presidente representa na Assembleia, se nos puder dar alguma informação sobre esse processo de renovação”*. O eleito lembrou que dois meses antes a proposta de designação foi discutida e não aprovada: *“A última proposta era para nomear quatro, e agora só passou apenas a nomear um, e por isso, se nos puder esclarecer sobre isso, agradecemos”*. -----

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



-----Tomou a palavra a senhora enfermeira Fátima, que afirmou que o relatório não espelha todo o trabalho que têm, e agradeceu o reconhecimento do trabalho que desenvolvem. E acrescentou: *"Relativamente ao papel dos representantes, eu efetuei um resumo, no qual anexei alguns artigos da Lei da CPCJ e do nosso Regulamento Interno e num desses também está referido qual é então o papel do Comissário na Comissão Alargada. Muitas vezes pensa-se que é estar presente uma vez por mês na reunião, mas o trabalho é muito mais do que isso, porque aos elementos da Comissão Alargada cabe-lhes também e que é o papel muitíssimo importante que é trabalhar na prevenção e na promoção dos direitos da criança"*. A senhora Presidente alertou para o facto de um trabalho de prevenção e promoção bem realizado ajudará a diminuir o número de sinalizações. E prosseguiu: *"Compete à Comissão Alargada e todos os seus Membros, é por isso que também somos uma equipa com um vasto número de representantes, porque acabamos por estar a representar todos os elementos de diferentes comunidades e de diferentes entidades, se esse trabalho for bem efetuado, poderá então ter bons resultados"*. -----

-----Em relação à renovação das nomeações, a senhora enfermeira disse: *"No documento que vos enviei penso que já tinha realizado aqui também um breve apanhado, quer na Lei, quando nos fala nas competências da Comissão Alargada, quer na duração do mandato. Portanto, não há sombra de dúvidas que o mandato é por um período de três anos e pode ser renovado por mais dois mandatos. O problema surge então quando vamos renovar o mandato. Cabe à Presidente da CPCJ solicitar, antes do final do primeiro ou do segundo ou do terceiro mandato, se a entidade que o nomeou vai ou não renomear ou vai substituir o membro que tinha eleito. Acontece que no nosso Regulamento Interno, quando nós vamos ler: "no final do primeiro e segundo mandato, quer se trate do termo do primeiro mandato ou do segundo mandato, a Presidente da Comissão oficiará à entidade que designou aquele ou aquela do termo do mandato, advertindo que caso não seja dada resposta em contrário o membro designado assumirá um novo mandato consecutivo, exceto nos termos do número seguinte. Então aqui suscitou a nossa primeira dúvida, ou seja, nós solicitámos a renovação do mandato, entretanto não tínhamos a resposta, contactámos a nossa Equipa Técnica Regional - ETR, que é a equipa que nos dá as orientações, que*



pertence à Comissão Nacional, e que nos disse que até a nomeação nós deveríamos renovar o mandato dos nossos comissários que estavam lá em representação. Foi o que nós fizemos, tomei a decisão de não renovar do Comissário José Neves, precisamente porque ele tinha mandado então o seu parecer, que o novo projeto que ele iria começar tinha uma grande incompatibilidade com as funções depois a desempenhar na CPCJ. Então, acabei por não renovar o do José Neves, precisamente para não lhe criar problemas depois com o início do seu novo projeto, que seriam depois mais difíceis de concluir. Entretanto, se nós continuarmos aqui poderemos ver que: "a Presidente deve envidar todos os esforços junto da entidade respetiva para que a entidade indique um novo membro no mais curto espaço de tempo", portanto, o que é que nós podemos concluir? Que a Lei é aqui um bocadinho ambígua, por um lado dá-nos a permissão para nós renovarmos o mandato se, e que foi o que aconteceu, nós não recebemos quem iria ser substituído, e então renovámos o mandato, agora cabe-vos a vós Assembleia decidir quem serão esses elementos". -----

-----Fez uso da palavra o eleito Rui Rodrigues, que cumprimentou a senhora Presidente e agradeceu a sua presença e o trabalho desenvolvido, assim como das suas antecessoras. O eleito referiu: "Deixou-me preocupado com os números que apresentou, porque diz que tem um aumento de sinalizações no casamento infantil, de oitenta e cinco, quando a população está a decrescer e a natalidade é nula, quase, é zero ponto oito. Depois, também, como deve saber melhor do que eu, a lei do casamento mudou e vai passar para dezoito anos, portanto isto vai criar ainda um aumento maior de sinalizações, não? Se elas casam aos dezasseis, catorze, quinze, e se agora é obrigatório casar depois dos dezoito, ou aos dezoito, não vai aumentar o número de sinalizações?" O eleito mencionou que não estava a falar de costumes, mas sim da Lei. -----

-----No uso da palavra, a senhora enfermeira esclareceu que, ao fazerem os dezasseis anos, a CPCJ deixa de acompanhar esses processos, porque o tribunal os reconhece como emancipados. Referiu que podem continuar a acompanhar, mas a sinalização já ocorreu anteriormente: "Até eles casarem pelo registo civil, continuam a estar em casamento infantil, até ser reconhecido pelo Ministério". -----



-----O eleito Rui Rodrigues colocou a questão, quanto a si, preocupante da gravidez precoce. A senhora Presidente esclareceu que essas sinalizações não chegam à CPCJ. -----

-----Retomou a palavra o eleito João Ramos, para deixar um pedido: *“O pedido que fazia era pedir à senhora Presidente da CPCJ se nos podia enviar uma informação relativamente à participação dos membros eleitos pela Assembleia, ou designados pela Assembleia, em que projetos estão envolvidos, para nós percebermos aqui, tendo em conta que são pessoas que representam a Assembleia, para perceber em que projetos estão envolvidos e qual é a sua participação efetiva na Comissão Alargada, se nos puder fazer chegar essa informação, quer dizer o senhor Presidente da Assembleia é que tem esse poder de pedir informação em nome da Assembleia, eu solicitava que a informação fosse pedida e que pudesse ser distribuída”*. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia pediu então à senhora Presidente da CPCJ que fizesse chegar à Assembleia a informação solicitada, e depois esta faria chegar às bancadas. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente Canudo Sena, que esclareceu que no que diz respeito à etnia cigana, não há casamento, mas sim comprometimento. Referiu que: *“Eu sei-o por duas formas: sei-o porque vivo em intimidade com eles há trinta e dois anos, e porque, com vulgaridade, emito certidões de vida em comum, a muitos deles, porque não estão casados, mesmo já depois dos dezoito anos, e, nomeadamente para acesso aos apoios sociais, eu tenho que declarar, porque é verdade, que eles estão a viver em comunhão desde há dez anos, há quinze anos, há cinco anos, há sete anos, há oito anos, de modo que essa informação não chega de forma jurídica e oficial, não é possível, porque eles não casam, é tão simples quanto isto”*. Referiu ainda, do que conhece, que: *“não será fácil aparecerem crianças vítimas de maus tratos, no que diz respeito à violência, porque eles são extremamente cuidadosos com os filhos, extremamente cuidadosos e muito preocupados, à sua forma, atenção, mas nós aí, tentou-se aí fugir um pouco à questão da cultura, mas tem aqui muitíssimo peso, e agora que eles são preocupados com os filhos são e defendem-nos, acima de tudo, com os dentes cerrados”*. -----



-----Fez uso da palavra a senhora enfermeira Fátima, que confirmou a sua preocupação com os filhos, à exceção da educação, motivo de algumas sinalizações, e acrescentou: *“Relativamente ao casamento, na CPCJ, nós consideramos o perigo é que aquelas crianças ficam entregues a alguém que não são os seus pais, e são os pais que têm responsabilidades sobre eles até aos dezoito anos, responsabilidades parentais, portanto eles ficam em perigo porque não estão ao cuidado dos seus progenitores”*. -----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu uma vez mais à senhora Presidente da CPCJ, Enfermeira Fátima, agradeceu o trabalho de todos os elementos da CPCJ: *“O sucesso do vosso trabalho é o sucesso da nossa comunidade e é extremamente importante, sobretudo porque trabalhamos não só com o presente, mas trabalhamos com o futuro, e isso é fundamental para todos nós”*. -----

-----No uso da palavra, a senhora enfermeira agradeceu a oportunidade de apresentar o trabalho desenvolvido no ano de dois mil e vinte e quatro. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto seis da ordem do dia. -----

6. Designação de Representantes no Conselho Municipal da Juventude de Moura (DOC.10/34) -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia informou que este ponto, devido à Assembleia Municipal não reunir condições de designar um elemento da Juventude para o Conselho Municipal da Juventude, porque não ter nenhum elemento da Assembleia com menos de trinta anos, este ponto seria retirado da Ordem de Trabalhos. -----

-----Deliberado, por **unanimidade dos presentes**, retirar o documento da Ordem do Dia. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto sete da ordem do dia. -----



7. Proposta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Educação. (DOC.11/34)

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.

-----Fez uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, que referiu que a CDU gostaria de deixar aqui algumas observações sobre este tema. O eleito mencionou que: *“Não pondo em causa a necessidade de se estabelecer este tipo de contrato, por questões de funcionamento, não podemos deixar de dizer que ele traduz o reconhecimento da completa desadequação do processo chamado descentralização, que nós dominamos transferência de encargos. É o que nós assistimos aqui é uma situação que foi criada, e que é caricata, que é uma entidade da administração local, que recebe uma competência da administração central, que depois a seguir para a sua execução, delega numa entidade que depende, e que é da administração central, portanto os diretores dos agrupamentos são da estrutura da administração central, e é a eles que é delegado responsabilidades que tinham sido transferidas pela administração central à administração local. Mais valia que o processo tivesse sido feito diretamente, sem passar pela Câmara, porque em muitas matérias, a Câmara, digamos assim, limita-se a fazer as transferências financeiras ou a pagar o cheque”*.

-----O eleito questionou sobre a expressão utilizada na fundamentação do senhor Presidente: “foi ultrapassada a querela inicial do financiamento”, e acrescentou: *“De acordo com o documento que nós iremos discutir no último ponto, no ano de dois mil e vinte e quatro, a diferença entre o que se recebeu e o que se pagou, em matéria de educação, foi de quatrocentos e trinta e cinco mil e uns trocos, portanto esta questão da querela de financiamento está muito longe de ser ultrapassada, não havia necessidade nenhuma de haver isto aqui referido na fundamentação”*. O eleito pediu se o senhor Presidente poderia explicar a expressão utilizada: *“uma nova ordem educativa local”*, tendo em conta a natureza do processo educativo, as questões relacionadas com a própria capacidade de intervenção que o município tem, do ponto de vista do funcionamento e dos aspetos pedagógicos. O eleito disse terem apresentado algumas propostas, algumas foram tidas em conta, na versão final, mas disse que a maior parte



Handwritten signature and initials in blue ink.

não foi contemplada, no que diz respeito ao problema do papel e das competências do Presidente da Câmara na gestão dos recursos humanos, às questões da necessidade de haver um tratamento igual para os trabalhadores da Câmara, independentemente do sítio onde estão colocados. O eleito colocou uma questão sobre a cláusula segunda, a qual transcreve o princípio de não aumento da despesa pública global, e disse: *“este princípio é o princípio que está na Lei, mas é um princípio que não faz nenhuma falta, antes pelo contrário, nos contratos Interadministrativos, aliás ele próprio na aplicação e nas negociações sucessivas que têm vindo a ser feitas, e até nos aumentos que têm existido, do ponto de vista das transferências financeiras, ainda que insuficientes, há muito tempo que este princípio deixou de ter aplicação”*. -----

-----O eleito deixou uma nota final sobre o prazo dos contratos Interadministrativos: *“Nós consideramos que o prazo que está previsto é excessivo, até porque estamos a assinar um contrato desta natureza no final do mandato, e nós propusemos, em alternativa que ele fosse até dois mil e vinte e seis, mas que não fosse até dois mil e vinte e sete, até para deixar margem que o avanço da evolução do contrato, e até quem depois a seguir tiver responsabilidades da Câmara possa reapreciar esta situação, tal como não concordamos com a desvalorização do papel da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal tem a competência para aprovar estes contratos, mas depois é incluída aqui uma norma de uma autorização prévia da Assembleia Municipal, em determinadas circunstâncias, que ainda que limitada, nos parece excessiva, ou seja, entendemos que a Assembleia Municipal não devia dar essa autorização prévia, e sempre que fosse suscitada a questão de alteração de alguma matéria, ela teria que vir à Assembleia Municipal”*. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: *“Penso que está visível na intervenção do José Maria Pós-de-Mina aquilo que a CDU pensa, não só da descentralização de competências, e nós continuamos a chamar-lhe a descentralização de competências, mas desta descentralização nos estabelecimentos de ensino, neste caso, nos agrupamentos. A CDU não quer largar o osso, daquilo que é a sua necessidade de manter o seu braço em cima das escolas e de, obviamente, se envolver e de dominar aquilo que se passa dentro das escolas, nós não queremos isso. Achamos, e acreditamos, e confiamos no trabalho dos agrupamentos. Este documento*



foi produzido em articulação com os dois agrupamentos, temos toda a confiança no trabalho que as duas direções fazem. Durante estes anos em que iniciámos este processo, o que aconteceu foi também um espaço de um tempo de aprendizagem, em que a Câmara e as escolas foram trabalhando, de forma serena, no caminho que tinham a fazer, mas toda a gente sabe como mé que foi a fase prévia à migração destas competências para os municípios, nós fomos até ao limite, até ao limite do prazo a que estávamos confiados em relação a este processo. Mas não temos medo, não só não temos medo do trabalho que se faz nas escolas, temos plena confiança no trabalho que todos os dias se faz nos estabelecimentos de ensino, e não temos receio algum em migrar estas competências, estas responsabilidades, porque não são só competências, são responsabilidades, que a partir deste momento, caso esta proposta esta proposta aqui passe, os agrupamentos passam a ter: autonomia, responsabilidade e acima de tudo condições e a confiança do Município de Moura, para que possam, com a competência que nós lhe reconhecemos, fazer bem o seu trabalho. Depois, dizer o quê sobre a questão dos trabalhadores? Obviamente que a questão dos trabalhadores está salvaguardada, porque isso nem tem discussão, e os trabalhadores que estão na escola não perdem qualquer tipo de direitos que adquiriram, e mais, quando migraram para a esfera do município ficaram até com mais direitos, mas não será agora que os vão perder, de maneira nenhuma. Mas dizer o quê sobre a questão da querela inicial? De facto, o início das conversações entre a Associação Nacional de Municípios e a tutela de então não foram fáceis, foi, de facto, um período muito complicado. Agora, nós achamos que essa querela inicial foi ultrapassada, tanto que foi ultrapassada, que os municípios, a Associação Nacional de Município assinou um acordo. Mas não achamos que é o tempo de continuarmos a negociar com o Governo melhores condições para fazermos bem o nosso trabalho, e agora, a partir daqui, os próprios agrupamentos, é que, através da comissão de acompanhamento da descentralização, produzimos um documento que enviámos para a tutela, pedimos também ao senhor Ministro da Educação que nos recebesse, para que nós registássemos lá todos os valores, todas as questões, todos os problemas que nós sentimos no nosso dia-a-dia, e que os agrupamentos também sentem. Tanto assim é que os agrupamentos também estiveram envolvidos na produção desse documento, na



produção desse relatório, que nós enviámos, também para a Associação Nacional de Municípios, portanto para nós nunca será um tempo acabado aquele que é aquele em que nós nos encontramos, de continuarmos a exigir que o governo venha ao encontro das necessidades dos municípios. Queriam que fizéssemos o quê? Que atirássemos a toalha ao chão e deixássemos as escolas, com tantas necessidades com as quais nós as encontrámos, sem resposta aos problemas? Com certeza que não, aquilo que nós fizemos, e eu recordo, por exemplo, os primeiros tempos de delegação de competência, um dos primeiros problemas que nós tivemos na altura foi a cobertura do pavilhão da escola da Amareleja, e nós, que estamos mais próximos, e nós que lidamos todos os dias, quando digo nós digo Câmara, digo juntas de freguesia, que têm um papel também importantíssimo na vida dos estabelecimentos de ensino, através dos acordos de execução e do trabalho que diariamente fazem junto das redes escolares, temos sido, desde sempre, ainda sem competências delegadas, temos sido o porto de abrigo dos estabelecimentos de ensino e dos agrupamentos. Porque o Estado esteve sempre distante dos estabelecimentos de ensino, mas agora que estamos mais próximos, e agora que temos também condições objetivas, para dizer assim, nós fazemos aquilo que os governos que vingaram até aqui não fizeram, em termos de delegação de competências direta do diretor das escolas, fazemos agora nós através da delegação destas competências nos agrupamentos. Porquê? Porque confiamos no trabalho que lá se faz, parece que a CDU confia menos, parece que a CDU acredita menos no trabalho que se faz na escola, mas nós não, por isso, e é verdade, a pedido da CDU foram entregues propostas, sim senhor, foram entregues propostas, só que as propostas da CDU eram o inverso daquilo que nós queríamos, a CDU queria manter o seu braço em cima da autonomia das escolas e nós não podemos aceitar uma coisa dessas. O que é que nós fizemos? introduzimos aquilo que de facto para nós era importante de acolher, e acolhemos, como é óbvio, devolvemos em reunião de Câmara, portanto as propostas e hoje aqui estão elas, também com contributos da CDU, atenção. Só não acolhemos aqueles que a CDU queria, porque obviamente, para nós, a nossa política é descentralizar, não é desconcentrar, e queremos que as escolas tenham, de facto, todas as condições para trabalhar, e os seus agrupamentos e as suas direcções dos agrupamentos tenham boas condições



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



para trabalhar, para ajudar as crianças a terem um projeto de vida escolar também, e que se sintam, todos os dias, na pele das escolas: “desculpem lá, nós temos as competências, temos autonomia, mas também temos a responsabilidade sobre o nosso trabalho.” E é isso que nós queremos, não queremos que a Câmara seja mais do que um grande parceiro, não queremos que a Câmara seja a entidade que muitas das vezes cria entropias dentro das escolas, queremos que a Câmara sim, seja um parceiro. Na nossa perspetiva, a Câmara nunca será uma entidade que cria entropia na vida das escolas, lutaremos sempre contra isso. Assim que passe esta proposta, esta noite, obviamente que esse princípio ficará salvaguardado, e só temos é que a reconhecer nos dois agrupamentos toda a capacidade para fazer muito bem o seu trabalho”. -----

-----Retomou a palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, que disse reconhecerem e valorizarem o importante papel e trabalho que se desenvolve nas escolas, o trabalho das direções dos agrupamentos, do pessoal docente e não docente, e de toda a comunidade educativa. Segundo o eleito, as autarquias devem-se “constituir como porto de abrigo, de apoio ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino, a todos os níveis, para todos, por isso é que se fez o trabalho que se tem feito ao longo dos últimos anos em matéria de educação, e isso é importante, e é de relevar, e é de continuar”. O eleito frisou que a sua intervenção era sobre aspetos concretos relacionados com o problema da gestão de recursos humanos, problemas relacionados com os trabalhadores da Câmara: “Nós quisemos salvaguardar com o conjunto de propostas que apresentámos, uma situação de igualdade entre os trabalhadores que estão na escola e os trabalhadores estão aqui nos Paços do Concelho, a desenvolver a sua atividade em termos de concessão de tolerâncias de ponto, de planos de férias, de planos de formação. Foi esses aspetos que nós colocámos, naturalmente têm que existir sempre, e é natural que exista uma grande relação entre aquilo que é a autarquia local e aquilo que são as direções dos agrupamentos”. -----

-----O eleito referiu que o senhor Presidente não respondeu a duas questões, uma sobre a desvalorização do papel da Assembleia Municipal: “parece que não confia na Assembleia Municipal, no sentido de que quer logo, à partida, ficar com uma competência que seria da Assembleia Municipal, que seria autorizar todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

alterações”, e outra coisa relacionada com o excesso do prazo, e disse: “É uma situação nova, que ocorrerá este ano, achamos que faz sentido que não haja alterações para não perturbar o próximo ano escolar para o ano de dois mil e vinte e seis, mas entendemos que não deve ser assumido esse compromisso para dois mil e vinte e sete, e que em dois mil e vinte e seis, perante aquilo que é a evolução e a dinâmica da concretização destes contratos, a questão possa vir a ser reavaliada, e estes são aspetos sobre os quais não houve aqui pronunciamento”. O eleito concluiu que “Temos perspetivas diferentes, continuaremos a tê-las, é o funcionamento da democracia, e cá estaremos, independentemente das decisões que forem tomadas agora, a continuar e sempre, sempre a batalhar pelas nossas ideias e com uma postura que é uma postura que temos sempre tomado e que provámos mais uma vez nesta matéria: que é uma postura construtiva, que apresentámos propostas concretas em relação aos diversos pontos do contrato. Não nos limitamos apenas a criticar, apresentámos propostas concretas. Valorizamos aquelas que foram tidas em conta, isso é positivo, naturalmente as outras que não foram tidas em conta significam que manteremos a nossa posição e o nosso distanciamento face a esta proposta”. -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, que disse: “Em primeiro lugar, a nossa postura foi também de parceria, tanto assim foi que retirámos uma proposta em Reunião de Câmara, analisámos propostas, e, obviamente, introduzimos no documento final aquelas que nós achávamos que iam ao encontro daquilo que para nós era uma premissa da maior importância: descentralizar mesmo estas competências nas escolas e confiar mesmo nos estabelecimentos de ensino. E isso não nos mete medo, como não nos mete medo também a questão do prazo, não temos problemas nenhuns com dois mil e vinte e sete. E é dois mil e vinte e sete, porque queremos que as escolas trabalhem de uma forma serena, sem pensar sequer nos ciclos políticos, porque se estivermos a pensar nos ciclos políticos, estamos a pensar na necessidade que alguns políticos têm de meter a mão dentro das escolas, e nós queremos que as pessoas trabalhem em paz. Quem vier a seguir, se entender que deve, obviamente, chamar a si ou devolver a si estas competências, que o faça. Para isso é que existem as reuniões de Câmara, para isso é que existem as Assembleias Municipais, para tomar decisões. -----

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Sobre a questão da querela, vocês, já quer na Câmara, quer aqui, estão-se a agarrar muito à questão da querela inicial, houve, de facto, esta descentralização de competências foi, de facto, conflituosa, entre a Associação Nacional de Municípios, os Municípios e o Governo. Mas, meus amigos, a partir do momento em que ficamos com as competências nas nossas mãos, nós temos que dar o nosso melhor, e a questão do dinheiro, nós sabemos de onde é que vem o dinheiro para cobrir muitos dos problemas das escolas, obviamente, é do bolso dos nossos contribuintes e é do orçamento municipal. Agora, fazíamos o quê? Deixávamos as escolas à míngua, como estavam no passado, em que os Governos espremeram as escolas até não poderem mais, pela ausência de recursos humanos e materiais? Não pode ser essa a missão de quem está no terreno e de quem está próximo das escolas, e nós assumimos claramente que, se é para assumir estas responsabilidades, e é para assumir, vamos assumi-las comprometendo-nos decididamente com as escolas, e o dinheiro que lá está, ficamos plenamente descansados sobretudo sobre a questão do dinheiro. Agora vamos continuar a bater à porta do Governo, seja este, ou seja, outro governo qualquer, no sentido de: "meus amigos, vejam lá, que isto está-nos a custar este dinheiro", e é importante que o governo volte a negociar com os municípios, e meta nas câmaras municipais aquilo que deve meter, que é o dinheiro que estas precisam para fazer aquilo que têm que fazer.-----

-----Sobre o resto, eu convido o José Maria a ler o parecer da CCDR Alentejo, sobre a matéria da descentralização de competências, está cá tudo. Está cá tudo escrito, e aquilo que nós estamos a dar corpo é, de facto, esse papel da descentralização de competências. Neste parecer da CCDR está cá tudo. Já é o Parecer número quarenta e nove de dois mil e vinte e dois, de dezanove de abril. Está cá tudo. Nós não estamos a fazer nem mais, nem menos que aquilo que nós devíamos fazer. Estamos a fazer aquilo que gente responsável, que se comprometeu, e atenção, nós no início comprometemo-nos com os diretores dos agrupamentos, trabalhar no sentido de depois lhes darmos autonomia que achamos que eles devem ter. Se os governos do passado não o fizeram, deviam ter feito. De facto, os problemas que os estabelecimentos de ensino têm, a forma como se espremeram orçamentos, a forma como se espremeu a vida das escolas, é vergonhosa. E agora que está nos braços dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Handwritten signature

municípios, e muito me honra isto, até porque temos professores nas três bancadas, estão aqui esta noite, era importante nós aprovarmos esta proposta, porque estamos a honrar a escola pública, estamos a honrar o trabalho dos professores, estamos a honrar o trabalho dos funcionários das escolas, e estamos a honrar o nosso compromisso para com o Estado, no que toca à defesa da Escola Pública". -----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Proposta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Educação. -----

-----Deliberado, por **maioria**, com treze votos a favor e dez abstenções, **aprovar** a proposta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Educação, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto oito da ordem do dia. -----

8. Proposta de Primeira Revisão ao Orçamento para o Ano de 2025. (DOC.12/34)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Proposta de Primeira Revisão ao Orçamento para o Ano de 2025. -----

-----Deliberado por **maioria**, com treze votos a favor e nove abstenções, **aprovar** a proposta de Primeira Revisão ao Orçamento para o Ano de dois mil e vinte e cinco, apresentada pela Câmara Municipal de Moura.-----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto nove da ordem do dia. -----

9. Proposta de Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Moura e as Juntas de Freguesia: majoração de 20%. (DOC.13/34)-----

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Proposta de Plano Local Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos.-----

-----Deliberado, por **maioria**, com vinte e dois votos a favor e uma abstenção, **aprovar** a proposta de Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Moura e as Juntas de Freguesia: majoração de 20%, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -- -----

-----O senhor Presidente informou que passariam à votação da recomendação apresentada pela bancada da CDU-Coligação Democrática: “Recomendação sobre os valores dos Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia” -----

-----Deliberado, por **maioria**, com oito votos a favor, treze votos contra e duas abstenções, **não aprovar** a proposta de Recomendação sobre os valores dos Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia, apresentada pelos eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto dez da ordem do dia.-

10. Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro à União de Freguesias de Moura e Santo Amador, para Serviço de Deservagem, em Moura. (DOC.14/34)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----O senhor Presidente da União de Freguesias de Moura e Santo Amador informou que se iria ausentar durante a apreciação e votação deste ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

[Handwritten signature]

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Proposta Atribuição de Apoio Financeiro à União de Freguesias de Moura e Santo Amador, para Serviço de Deservagem, em Moura. -----

-----Deliberado, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e dois votos a favor, aprovar a proposta de Atribuição de Apoio Financeiro à União de Freguesias de Moura e Santo Amador, para Serviço de Deservagem, em Moura, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto onze da ordem do dia.

11. Proposta de Atribuição de Verba à Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel: Requalificação do Acesso ao Cemitério e Parques de Estacionamento. (DOC.15/34)

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Proposta de Atribuição de Verba à Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel: Requalificação do Acesso ao Cemitério e Parques de Estacionamento. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel ausentou-se durante a apreciação e votação deste ponto. -----

-----Deliberado, por **maioria**, com vinte e um votos a favor e uma abstenção, **aprovar** a proposta de Atribuição de Verba à Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel: Requalificação do Acesso ao Cemitério e Parques de Estacionamento, apresentada pela Câmara Municipal de Moura.- -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto doze da ordem do dia.



12. Proposta de Alteração ao artigo 17º dos Estatutos da RESIALENTEJO (DOC.16/34) -----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Fez uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina. O eleito colocou uma questão sobre a proposta e disse: *“Nós vamos aqui aprovar a alteração do artigo dos estatutos, que tem que ver com a questão do capital social. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, as principais formas de aumentar o capital são através da entrada de dinheiro, da utilização de reservas ou das entradas em espécie. Os estatutos antigos e o estatuto que vamos aqui aprovar referem que: “o capital social é de “x”, participado integralmente em dinheiro pelos municípios”. O eleito frisou que a ata, o documento que consta no ponto da ordem do dia, diz: “os membros presentes concordaram por unanimidade com a operação de aumento de capital em espécie, por incorporação dos créditos da TGR cobrada”. O eleito questionou se o aumento de capital em causa seria em espécie ou em dinheiro, uma vez que a ata referia ser em espécie. O eleito prosseguiu: “Sendo em espécie, ele só pode ser permitido se tiver um relatório do revisor oficial de contas, que faça a avaliação sobre se o espécime vale aquele valor. Se o aumento de capital é em dinheiro, quer dizer que a Câmara vai ter que entrar com dinheiro para a RESIALENTEJO, e eu queria saber, portanto, qual é a rubrica orçamental que a Câmara vai utilizar para transferir esse dinheiro para a RESIALENTEJO, uma vez que aqui refere que a entrada em dinheiro, portanto, terá que haver um fluxo financeiro, mesmo que ele seja compensado, terá que haver esse fluxo financeiro, e terá que haver esse registo”.* -----

-----O eleito colocou outra questão: *“Deste aumento de capital resulta uma alteração das participações, uma alteração da participação dos municípios em termos percentuais. Há municípios como Moura, Serpa, Beja, que aumentam a sua percentagem, e depois há outros municípios que reduzem a sua percentagem. E a minha pergunta é: Porquê? Qual é a razão, qual é a justificação, para que haja esta alteração na estrutura do capital? Isso foi pensado? Foi pensado por quê? Qual é o objetivo?”.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Handwritten signature and initials

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, que disse: *“O que diz na Ata é em espécie. É o que está registado na ata. Sobre a outra questão que colocava, foi consensualizado entre os municípios parceiros, e foi aquilo que, de facto, foi decidido entre todos. Porque de facto se entendeu, entre todos, que aquele era o caminho adequado e aquela era a decisão adequada. Agora se o José Maria discorda da opção tomada, é uma questão que se reserva a si, como é óbvio. O que está registado na ata, é de facto em espécie, e resulta desse exercício que o José Maria estava a dizer. Em relação às outras decisões, foram tomadas por consenso e unanimidade dos municípios, e o que daqui advém resulta desse acordo entre os municípios todos, da parte da RESIALENTEJO”*. -----

-----Retomou o uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, que frisou que não foi justificado o porquê da alteração da proporção, só foi dito que houve um acordo mútuo. O eleito referiu que na reunião de Câmara a CDU tinha votado a favor da proposta, e seria essa a sua intenção, mas afirmou que se se mantivesse a questão de ser em espécie não poderiam aprovar a proposta. O eleito pediu uma interrupção de cinco minutos para reflexão. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara pediu cinco minutos para esclarecer a questão com o senhor administrador da RESIALENTEJO. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que iriam interromper os trabalhos por um período de cinco minutos. -----

-----O senhor Presidente retomou os trabalhos, fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, que disse: *“A questão está esclarecida, as dúvidas que o José Maria tinha estão sanadas, portanto, estivemos a conversar com o administrador da RESIALENTEJO, obviamente, sugere-se uma alteração à Ata, porque, de facto, o que está mencionado na Ata está errado. Estamos a falar, e se tiverem os documentos convosco, o que faz fé no que toca a este processo é o que está no ofício: “o capital social é de seis milhões e oitocentos mil euros, participado integralmente em dinheiro pelos municípios integrantes, nas proporções a seguir”*. -----

-----Não se verificando mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu os esclarecimentos dados pelo senhor Presidente da Câmara e a pergunta



pertinente do eleito José Maria Pós-de-Mina e informou que passariam à votação da Proposta de Alteração ao artigo 17º dos Estatutos da RESIALENTEJO. -----

-----Deliberado, por maioria, com vinte e um votos a favor e duas abstenções, aprovar a proposta de Alteração ao artigo 17º dos Estatutos da RESIALENTEJO, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

13. Proposta de Plano Municipal de Ação Climática de Moura (PMAC-MOURA) (DOC.17/34)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Fez uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, que citou o documento: *“As atividades relacionadas com o turismo, alojamento, restauração e similares, não obstante representarem um peso considerável na economia local, têm vindo a registar uma retração nos últimos anos.”* Segundo o eleito, *“esta afirmação era contrastante com as afirmações públicas de responsáveis que temos ouvido neste Conselho sobre a evolução ou a dinâmica da atividade turística no concelho de Moura”*. O eleito mencionou que gostaria de uma clarificação de como estas questões se integram com o objetivo do plano que citou: *“proteger os sumidouros de carbono travando a ocupação de áreas naturais e florestais”* e a articulação com a Rede Natura. O eleito referiu também que parecia existir alguma contradição: *“em termos de ocupação do espaço urbano, nomeadamente em matéria de impermeabilização de solos por substituição por árvores, em que tem um objetivo que é privilegiar a arborização do espaço público com recurso a vegetação autóctone, e nós temos verificado que na ocupação do espaço público, a arborização tem vindo a ser, nalguns casos, tem vindo a ser retirada”*. O eleito mencionou outra questão, sobre uma medida de incentivo à criação de uma comunidade de energia renovável, e referiu: *“Entendemos que isto está muito aquém, a própria formulação e depois a verba indicativa que tem, portanto daquilo que são as potencialidades que nesta matéria existe no concelho de Moura, e*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

até porque faz referência a um Decreto-Lei que já não está neste momento em vigor, que regulava esta matéria e que foi revogado já em dois mil e vinte e dois". -----

-----O eleito referiu que o Plano apresenta a ARECBA (Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo) como uma das entidades parceiras, e colocou a questão de qual o papel de intervenção desta Agência Regional de Energia. Sobre a menção aos projetos de redimensionamento e valorização do sistema de drenagem de águas pluviais, o eleito indagou: "Esta questão liga-se com um processo que até há bem pouco tempo passou pela Câmara, que teve que ver com a remodelação da Rede de Águas de Safara, onde era precisamente o problema da intervenção nas águas pluviais que tinha quase um peso de cinquenta por cento no conjunto do investimento". O eleito questionou, uma vez que o plano tinha uma estimativa de cinco ponto quarenta e cinco milhões de euros, qual seria a fonte de financiamento para a sua concretização e o desenvolvimento. Sobre a questão do incentivo à agricultura biológica ou sintrópica, o eleito questionou o que se pretendia nesta matéria e qual a articulação com a dinâmica de desenvolvimento das redes de regadio. -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, que disse: "Este plano foi também sujeito a discussão pública, confesso que ele não dará resposta a todas as questões e todos os problemas que obviamente nós temos e ao caminho que nós temos que perseguir. É um instrumento, é um documento no qual nós confiamos e tem algumas ações que nós iremos implementar, mas tem uma visão muito alargada daquilo que deveria ser a sua implementação. Esta é como o outro plano, há aqui coisas em que não iremos, de forma alguma, apostar, mas têm que estar inseridas no plano, até porque, em questões que têm a ver com financiamentos e com a obtenção de fundos com outros projetos, esses planos também têm que fazer parte das candidaturas, portanto, transmitindo de facto estamos a fazer algum caminho nestes domínios. Quanto à priorização da implementação das medidas, à medida que formos tendo condições financeiras através de, quer do Fundo Ambiental, quer de outros fundos comunitários aos quais nós tenhamos capacidade para lá chegar, vamos implementando algumas destas medidas, e vamos concretizar algumas das metas a que estamos votados. Mas não é um instrumento perfeito. O José Maria falava desta questão da Rede Natura, para nós o importante, mesmo no que toca à Rede Natura e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



no que toca ao plano das ECA (Garantia de Conformidade Ambiental), amanhã vamos ter uma reunião com o Presidente do ICNF, de facto, para que haja uma revisão daquilo que é a proposta do ICNF para o plano de gestão, e acho que ainda vamos conseguir chegar a tempo de ter aquilo que seja uma proposta final, antes de ir a Conselho de Ministros, que dê resposta àquilo que foi a participação na consulta que foi feita. Portanto, este plano não é, de facto, perfeito. Não digo que ele seja um plano que nós vamos conseguir cumprir, muito longe disso, nós não vamos conseguir cumprir este plano, mas é importante que o tenhamos, porque não conseguindo implementar a totalidade das medidas, algumas, obviamente, nós temos que implementar, e vamos fazer o caminho possível na implementação de algumas dessas metas. Mas ele tem uma visão um bocadinho distante da nossa realidade, por exemplo, aqui esta questão do turismo, obviamente, eu não me revejo nessa frase. Não acho que tenha havido uma retração, mas de facto, está aqui escrito e eu não quis corrigir isso, porque isto é trabalho também dos técnicos que nos deram apoio, dos técnicos municipais, mas também uma equipa externa que nos deu apoio a este plano, mas não me revejo, de facto, nessa leitura da equipa técnica, no tocante à retração no que toca ao turismo, muito pelo contrário, temos dado passos muito significativos numa maior afirmação de Moura no contexto regional e nacional, portanto, no âmbito do turismo, mas não sendo um plano perfeito, é aquele que nós temos, é aquele que nós temos no tocante a algumas medidas a ir implementando e, se calhar, até a prazo, olhar para ele e rever algumas coisas. Mas é um ponto de partida e o caminho vai-se fazendo, da forma possível". -----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Proposta de Plano Municipal de Ação Climática de Moura (PMAC-MOURA). -----

-----Deliberado, por **maioria**, com doze votos a favor, um voto contra e dez abstenções, **aprovar** a proposta de Plano Municipal de Ação Climática de Moura (PMAC-MOURA), apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Handwritten signature and initials

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao último ponto da ordem do dia.-----

14. Apreciação da Informação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Moura, acerca da Atividade Municipal, bem como da situação financeira do Município e discussão e fiscalização da atividade da Câmara Municipal de Moura, respetivamente nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3, do artigo 14º e no n.º 1, do artigo 36º, do Regimento da Assembleia Municipal de Moura. (DOC.18/34)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Fez uso da palavra o eleito José António Oliveira, que colocou uma questão no âmbito das comemorações dos trinta e sete anos de elevação de Moura a cidade: *"O que é que aconteceu de diferente, pelo histórico da comparativa em relação aos outros anos, para a Câmara Municipal ter dado outra ênfase este ano às comemorações do 37º aniversário, comparativamente aos anos que passaram? Para nós, todos os anos são importantes e todos os anos essas comemorações deviam ter tido o relevo que tiveram este ano. O que é que aconteceu de relevante, porque estamos a falar dos trinta e sete anos, para ter sido, na nossa opinião, diferente, mas de qualquer maneira saudamos o que foi feito este ano"*.-----

-----Tomou a palavra a eleita Maria José Silva, que colocou uma questão relativa à piscina da Amareleja: *"Sabemos que a Câmara adjudicou à mesma empresa, a RIPÓRTICO, dois procedimentos para a elaboração do projeto, um em sete de junho de dois mil e vinte e um, pelo valor de cinquenta e sete mil, novecentos e doze euros e sessenta e três cêntimos, e outro, em quatro de novembro de dois mil e vinte quatro, pelo valor de cinquenta e nove mil quatrocentos e dez euros. Pretendemos saber o que se passou e quanto do primeiro valor foi gasto no primeiro contrato"*.-----

-----Fez uso da palavra o eleito Gabriel Ramos, que abordou a questão da empresa Lógica, e referiu: *"É um facto, neste momento, que a Lógica está numa situação muito complicada, digamos assim, portanto houve aqui um processo de*

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



alienação dos ativos da própria empresa, houve uma ausência de propostas nesse âmbito, e há uma necessidade efetiva de atividades, portanto, e isto cria-nos aqui muito ceticismo relativamente à própria instituição, e quais são efetivamente os constrangimentos financeiros que decorrem neste caso da não existência do Contrato-Programa. Portanto, é uma situação, por aquilo que vamos sabendo, alguns elementos têm vindo a celebrar acordos para a sua saída, mas existem lá funcionários, há custos fixos da própria instituição, e portanto gostaríamos aqui de ter algum tipo de respostas da Câmara relativamente a esta situação em concreto e perceber qual é que é a visão, todos nós já sabemos, partimos do pressuposto que sabemos qual é a visão do executivo relativamente à Lógica, se assim não fosse não tinha entrado, neste caso, num processo de alienação, mas, efetivamente, é um ativo que ali está, são pessoas que ali estão, e portanto, precisamos de saber o que é que vai acontecer com a Lógica, e quais são efetivamente os constrangimentos a nível financeiro que estão a sentir, pelo facto de não haver neste momento um Contrato-Programa entre a Câmara Municipal e a Lógica, Empresa Municipal". -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sobral, Bruno Monteiro, que após cumprimentar todos os presentes, valorizou a requalificação da estrada de Fernão Teles, segundo o qual se tratava de uma obra extremamente necessária, e foi concretizada: "É uma obra que valoriza muito e que serve em grande parte os agricultores, mas nem só, até muitas outras pessoas que trabalham naquela zona e no outro concelho, passam por ali, e não podia deixar de ficar extremamente contente, neste também que é o meu último mandato enquanto Presidente de Junta, termos conseguido que essa obra fosse para a frente". O senhor Presidente da Junta deixou um pedido, relativamente aos cartazes das feiras: "Que esse aspeto também fosse considerado para a cultura nas freguesias, nomeadamente em termos da nossa semana cultural, e já agora, da semana cultural das outras freguesias, acho que tem que haver também uma aposta mais efetiva nesse apoio, porque considero que acabam por ser valores completamente díspares, aqueles que são investidos nas feiras, depois com aqueles que são investidos nestas atividades. Naturalmente, não estamos a comparar eventos, e queremos que o apoio seja proporcional, mas que possa ser revisto, para que possamos também valorizar aquilo que é feito, e se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

tivermos um cartaz apelativo, e se tivermos um evento com características diferentes, se calhar também conseguimos atrair mais pessoas para as nossas freguesias". -----

-----O senhor Presidente Bruno Monteiro prosseguiu, colocou a questão sobre qual o ponto de situação da fibra na instalação nas freguesias e enalteceu o trabalho do engenheiro João Paulo Encarnação, no que concerne à coordenação com a sua Junta de Freguesia: "Temos resolvido ali uma data de questões que estavam pendentes, e que tem feito um trabalho bastante meritório, e que temos conseguido valorizar ali zonas que, de outra forma, e sem este trabalho de afirmação, não poderiam ser feitos", e deixou o pedido se seria possível fazer o tapamento dos buracos em alcatrão, uma vez que a Junta de Freguesia faz na calçada e no betão. ----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, que disse: "Em relação à questão que o José António colocou sobre as Comemorações da Elevação de Moura a cidade, o que é que houve de diferente? O que houve de diferente foi que comemorámos de uma forma ainda que singela, de uma forma simples, mas com muito significado, a elevação da nossa terra a cidade. Foi isso que aconteceu de diferente, fizemos uma Sessão Solene, que foi bastante participada, também com a presença dos coros da Universidade Sénior, quer do Polo de Amareleja, quer do Polo de Moura, e foi um momento de facto muito interessante, foi um momento em que, de alguma forma, falámos do caminho que nos trouxe até aqui e da importância dos homens e das mulheres, que se envolveram, de forma decidida e decisiva na elevação de Moura a cidade, e recordámos os Presidentes de Câmara, os Presidentes de Junta, as pessoas das diversas instituições que, de facto, pugnaram por atingir um objetivo que para nós era da maior importância, e temos obviamente que honrar essas pessoas e honrar todos os dias o trabalho que essas pessoas fizeram em prol daquela que é hoje a cidade de Moura. Eu, se me permitissem, entregava também às três bancadas, um caderninho com as atividades que desenvolvemos na comemoração do cinquentenário do 25 de abril. Está aí condensado a informação sobre a importância do envolvimento comunitário, a importância do trabalho que todos fizemos, para, de uma forma tão digna, comemorarmos o Cinquentenário do vinte e cinco de abril. Depois, o Vereador Banha falará da questão da piscina. Quanto à questão da Lógica, o procedimento ficou deserto, no dia dez de março na Assembleia Geral da Lógica, vamos debater o assunto

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco



com os parceiros, e depois tomaremos uma decisão, mas primeiro vamos comunicar à Assembleia Geral, vamos conversar com os parceiros, e depois sairá uma decisão da qual, quer a Câmara quer a Assembleia, será parte importante no desenlace que decidirmos. Quanto às questões do Bruno, de facto, eu disse sempre: para mim e para nós, Câmara, a questão de Fernão Teles era uma questão que nós tínhamos que cumprir, tínhamos que honrar esse compromisso, tínhamos que honrar de forma decidida aquilo que nós nos comprometemos, e de facto, nós estamos tão felizes e satisfeitos como os sobralenses, porque de facto aquela via é da maior importância, e não só para os agricultores, é verdade, não só para os agricultores, mas para toda uma comunidade. Há ainda muito para fazer, o empréstimo, obviamente, traz condições para fazermos outras intervenções também no que toca às vias, mas estamos muito felizes, e associo-me à alegria do Bruno, porque era um objetivo de todos nós. Foram muitos e muitos anos à espera, de facto, que este caminho municipal tivesse a dignidade que hoje lhe conseguimos apresentar. -----

-----Sobre a questão do problema das feiras, nunca escondemos que para nós é importante, revitalizar as feiras, e não é só as feiras de Moura, é a Feira também da Amareleja, que nos últimos tem ganho uma importância maior, e no contexto dos vinhos de talha, tem vindo, de facto, a fazer também o seu caminho. Mas valorizamos muito, quer a Semana Cultural de Sobral, quer na Semana Cultural de Safara, quer todos os eventos e festividades que se fazem no Concelho. E temos vindo a apoiar. Muitas das vezes, o apoio não é só em género, em dinheiro, também na logística, que conseguimos agregar no apoio à atividade que nós vamos fazendo ao longo do ano, e obviamente, nós gostaríamos sempre de dar mais, de apoiar mais. Até aqui temos conseguido honrar os nossos compromissos, não só com as Juntas, mas também com as Comissões de Festas, com as associações, com o Movimento Associativo, no sentido de fazer com que consigam mais, consigam melhor, consigam ir fazendo, gerando atividade em cada uma das nossas freguesias. -----

-----Sobre a fibra, falará também o Vereador Banha, e sobre a articulação com o nosso chefe da DOSU, obviamente, que estamos satisfeitíssimos com o trabalho do Engenheiro João Paulo Encarnação. Veio trabalhar connosco para acrescentar valor, para mobilizar a equipa também, e para trazer uma lufada de ar fresco a esta casa,



portanto estamos satisfeitiísimos com o trabalho dele. Sobre a questão dos buracos do asfaltamento, obviamente que depois, terminada a Assembleia, podem os dois trocar algumas impressões, e os senhores presidentes de junta também, das outras freguesias, no sentido de se articularem com ele, hoje ainda o apanham ali um bocadinho à saída da Assembleia". -----

-----Tomou a palavra o senhor Vereador José Banha, que após cumprimentar todos os presentes, disse: "Em relação à questão do projeto da piscina da Amareleja, neste caso, dois projetos que a Maria José referiu, eu quero fazer aqui um pouco de história sobre esta situação porque, efetivamente, assim terá que ser. Em dois mil e vinte e um foi lançado um procedimento para aquisição do projeto das piscinas da Amareleja. A base desse projeto e a base dessa iniciativa prendia-se com a necessidade de colocarmos essa infraestrutura num terreno que fosse municipal, municipal ou da freguesia. E depois havia outra premissa, que era ser junto, e nós já falamos disso, junto da escola porque efetivamente nós não podemos só pensar na questão do projeto, mas temos que pensar o montante na questão da candidatura para financiar esse projeto e essa obra. E para nós é importante que essa infraestrutura ficasse junto ao complexo escolar. Nesse ano, dois mil e vinte e um, aquilo que nós conseguimos saber sobre terrenos que tínhamos próximos da escola, era um terreno da junta de freguesia que fica entre a Casa Mortuária, para quem conhece, e a escola. E esse terreno, naturalmente, era um pouco exíguo para desenvolver o projeto. E porquê? Porque tinha dois mil e quinhentos metros quadrados, volta de três mil metros, e aquilo que nós sempre dissemos é que o projeto para a Piscina da Amareleja tinha que ter a componente de verão e de inverno, e a componente de verão e de inverno pressupunha, naquelas medidas, tinha que haver uma cobertura amovível, que permitisse, no verão abrir, para permitir que o tanque fosse utilizado de verão, e no inverno naturalmente seria encerrado e teríamos a atividade natural das piscinas de inverno. O projeto foi iniciado e depois nós, numa fase de estudo prévio, como naturalmente fazemos em outros projetos, foi apresentado à população na junta de freguesia e foi posto à discussão aquilo que já tínhamos em mente e aquilo que estava feito pela empresa, numa fase de estudo prévio. Foram colocadas algumas questões, por alguns elementos da população, e aquilo que nós fizemos, e penso que bem, foi



atender a essas questões, e uma das questões era, naturalmente nós já sabíamos, a questão do espaço exterior, que era exíguo porque, naturalmente, a área que tínhamos para aquele fim era o que lá existia, não tínhamos mais espaço. Depois havia outra questão, que era o edifício de prática desportiva ser colocado ao lado da Casa Mortuária, podia haver ali um conflito, digamos assim, de situações, nomeadamente como haver barulho num lado e no outro lado estarmos numa situação de retiro e de uma situação mais sossegada. Decorrente disso, naturalmente, nós aquilo que decidimos foi não avançar com esse projeto aí, e ir procurar uma outra solução, sempre junto ali da coroa da escola, para nós era importante. Efetivamente, havia um terreno que já pertencia à Câmara, mas que, infelizmente nós quando colocámos estas questões de querer instalar ali aquele equipamento, internamente não nos foi comunicado que aquele terreno era do Município. Mas, mesmo assim aquele terreno não chegava, porque é um terreno com uma configuração bastante alongada, e para implementar aquela infraestrutura não seria possível, ou não era possível, ou não era o mais adequado, para fazer aquele equipamento ali. Tivemos que seguir outro caminho. Havia um terreno ao lado, que já estava num fundo, derivado de uma situação anterior de um empreendimento que estava para ali previsto, e que a Câmara também estava envolvida, que não avançou, e esse terreno tinha sido comprado por esse consórcio, digamos assim, tendo esse consórcio entrado em insolvência, o terreno retornou novamente ao banco. Depois de retornar ao banco, nós soubemos que já estava no fundo, naquela altura, era do BES, entre o BES e o NOVO BANCO, aqueles equipamentos, aqueles terrenos que supostamente eram chamados de lixo, passaram para uns fundos, e esse fundo era um fundo do Luxemburgo, e por acaso tivemos a sorte de haver uma pessoa da Amareleja que vivia na Suíça e comprou o terreno. E nós, aquilo que fizemos foi: negociámos com a pessoa, no sentido de podermos voltar a adquirir o terreno, para termos espaço para poder desenvolver ali e instalar ali o equipamento da piscina. Assim foi, conseguimos a aquisição desse terreno, o que fez com que tivéssemos ali uma área de trinta mil metros quadrados. Neste momento, a área que está disponível junto à escola, em frente à escola, são trinta mil metros quadrados, e neste momento o que é que fizemos em dois mil e vinte e quatro? Lançámos novo procedimento, para se fazer novo projeto, porque, efetivamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

falando com a empresa, com a RIPÓRTICO, que tinha desenvolvido aquele projeto, normalmente os arquitetos nunca querem adaptar, o estudo é sempre diferente, e então não há forma de adaptar o projeto àquela área, porque, naturalmente, já tinha outras prerrogativas, nomeadamente a possibilidade, pela área, de ter um tanque interno e um externo, e não haver necessidade de haver equipamentos com aberturas e fechos de coberturas. E assim foi, foi lançado novo procedimento, e foi novamente contratado outro projeto para a piscina da Amareleja. Neste momento, esse projeto está na fase de projeto-base. Já me foi apresentado, brevemente, pelo que vamos falar com a Junta de Freguesia, vamos querer novamente fazer a apresentação à população, isso é, assim que tivermos novamente as imagens 3D devidamente trabalhadas, e vamos, nesta fase, já fazer isso. Em relação ao primeiro projeto, naturalmente foram feitos os trabalhos até ao estudo prévio, e nós pagamos trinta e dois mil euros por essa fase, que foi contabilizado, os trinta por cento ou os quarenta por cento até aquela fase. Este é o ponto de situação em que estamos em relação ao projeto da piscina da Amareleja". -----

-----Sobre a questão colocada relativamente à instalação de fibra nas freguesias, o senhor Vereador esclareceu que foi contactado pela DSTELECOM, foi informado que eles tinham feito uma abordagem no Sobral, queriam colocar outro contentor, de distribuição na Amareleja, contactaram o senhor Presidente da Junta da Amareleja. Segundo a empresa, estariam bem colocados num concurso internacional, que estava a decorrer, para cobrir as zonas sombra do país. A DSTELECOM ficou colocada em primeiro, mas perante uma reclamação existente, o processo não estava encerrado: "A expectativa que eles têm é para o segundo semestre de dois mil e vinte e cinco, logo que o tal processo seja fechado e acabe a questão das reclamações e todo o processo seja concluído. Sendo eles naturalmente que estão com a expectativa de ficarem em primeiro, se não houver outra reviravolta nestes processos, eles pensam que no segundo semestre estão em condições de iniciar a expansão da fibra, mas isto é numa expectativa, dependendo naturalmente do fecho desse concurso internacional, que não está nas mãos deles, como todos sabemos". -----

-----Tomou a palavra o eleito Gabriel Ramos, que frisou que a próxima Assembleia Geral da Lógica estaria agendada para o próximo dia dez de março e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

referiu: “Acredito que a Câmara, sendo sócio maioritário da Lógica, Empresa Municipal, levará uma proposta à Assembleia Geral, parto eu desse pressuposto, e havendo aqui uma proposta por parte da Câmara a uma semana dessa mesma Assembleia Geral, tem de dar conhecimento aos restantes acionistas. Qual é que é essa proposta?” -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: “Eu não vou antecipar neste momento qualquer tipo de resposta, sem antes falarmos com os acionistas. Depois de refletirmos o que resulta deste procedimento junto dos acionistas, e aí sim, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, se saberá qual é a proposta que advém dessa Assembleia Geral, Gabriel. Neste momento, primeiro falar com os acionistas, refletir com eles sobre o que resulta deste procedimento, e depois sim, na Reunião de Câmara e na Assembleia, haverá, certamente, uma proposta nossa”. -----

-----Tomou a palavra o eleito José Galego, que perguntou como está a decorrer a medida ASU (Atividades Socialmente Úteis), que pretende colocar no mercado de trabalho pessoas que recebem o RSI. -----

-----No uso da palavra, o eleito José Maria Pós-de-Mina, referiu que houve uma falta de referência ao papel da Assembleia Municipal nas comemorações do trigésimo sétimo aniversário da elevação de Moura a cidade: “O principal do processo que foi desenvolvido no âmbito do procedimento para a elaboração do projeto de lei, que resultou da elevação de Moura a cidade, partiu da Assembleia Municipal e da articulação que foi feita com um conjunto vasto de entidades que foram referidas, e queria recordar que, nessa ocasião, era presidente da Assembleia Municipal Miguel Urbano Rodrigues, do qual se assinala no dia dois de agosto deste ano o centenário do seu nascimento”. O eleito mencionou ainda um aspeto sobre a questão sobre a aquisição do terreno para a piscina na Amareleja: “O terreno que agora a Câmara, e bem, adquiriu, já em dois mil e vinte e um estava à venda e devidamente publicitado através da agência imobiliária que tinha o seu direito de venda, e nessa altura não foi desenvolvido qualquer esforço nesse sentido, aliás, terreno esse que, muito antes de a Câmara ter tomado a iniciativa de adquirir, a CDU aqui, numa reunião sobre o Plano Diretor Municipal, tendo em conta até aquilo que se perspetivava do ponto de vista da definição do solo urbano, chamou a atenção para aquele terreno e para a importância daquele terreno, quer do ponto de vista do seu contributo para a piscina, que aliás era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

[Handwritten signature]

o local inicial onde estava previsto a piscina, que era nos dois terrenos, em parte desse terreno e no terreno que já era da Câmara, e também do ponto de vista de iniciativas urbanística, que pudessem vir a ser desenvolvidas". -----

-----Fez uso da palavra a eleita Maria do Carmo Sampaio, que cumprimentou todos os presentes. A eleita felicitou pela aprovação da candidatura à Bandeira de Mérito Social, pela medida Prato Quente, segundo a qual: "trata-se de uma medida muito importante do nosso concelho, envolve toda a comunidade, tem grande número de voluntários, no qual também me incluo, que vão fazer as recolhas das doações junto das superfícies comerciais, Intermarché, Pingo Doce e Continente. É uma medida que faz muita diferença na vida da nossa comunidade. Neste momento apoia cerca de cinquenta famílias, mais ou menos oitenta utentes, e é uma medida de felicitar". -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, que disse: "Eu passava a palavra à Vereadora Lurdes, para falar das ASU e também do Prato Quente, mas, se me permitissem só um apontamento muito breve, aquilo que a comunidade no seu todo tem vindo a provar, quer os voluntários, e agora acrescentámos mais vinte pessoas à equipa de voluntários, quer o crescente número de empresas, neste caso, os supermercados, aos quais se juntou agora o Pingo Doce, quer outras instituições que têm vindo a colaborar com o Prato Quente, só vem demonstrar a importância desta medida, que se junta a outras na importância que o Município de Moura tem, do ponto de vista da sua incidência, em ações de cariz social. No Prato Quente, eu recorde-me que já lhe chamaram muita coisa, mas para as famílias que dependem desse apoio, é da maior importância, e não seria importante, se os supermercados, se a própria paróquia, se a comunidade no seu todo, não lhe visse interesse e importância na vida das pessoas. Portanto, é uma medida consolidada, já tem o respeito de instituições e tem, obviamente, temos que relevar isso, temos que dar eco a essa relevância, e depois há outras medidas importantes, e estas das atividades socialmente úteis, há uma iniciativa que para mim é da maior importância. Estamos a falar dos contratos de emprego em regime aberto, em que damos uma oportunidade muito consistente a muitas das pessoas a quem não davam uma oportunidade para exercer uma atividade profissional, e a Câmara Municipal acolhe esses homens e essas mulheres, esses jovens que, muitas vezes ninguém lhe chegaria ao pé, para lhe dar uma oportunidade



de trabalho e a Câmara Municipal fá-lo nos seus serviços, dá-lhes essa capacidade para serem úteis, eles sentem-se úteis, são acarinhados pelos colegas, e que ninguém duvide da importância do trabalho deles dentro desta casa. Portanto, se nós lhes damos alguma coisa, damos-lhe de facto o respeito e as condições para que eles possam ter uma atividade profissional, mas eles, todos os dias, oferecem-nos exemplos de grande dedicação, de grande vontade de serem úteis, grande companheirismo para com os colegas e são grandes profissionais dentro desta casa, e gostava realmente de realçar isso, e passava de imediato, com autorização do Senhor Presidente, a palavra à Vereadora Lurdes". -----

-----Tomou a palavra a senhora Vereadora Lurdes Balola, que cumprimentou todos os presentes, e agradeceu o destaque que foi dado a duas atividades na área social, a medida ASU e o Prato Quente: "Este município tem feito um caminho de apoio a esta comunidade, no que refere às fragilidades sociais que encontramos nesta comunidade, e tanto o prato quente como esta medida que agora implementámos, e que para nós é da maior importância, são medidas que têm feito a diferença na nossa população". A senhora Vereadora referiu que o reconhecimento desta medida a nível nacional se deve à sua grande abrangência: "Quando em tempos se intitulou esta medida como "a sopa dos pobres", na verdade, todos nós podemos, de um momento para o outro, ficar pobres, e necessitar deste apoio. Nada é garantido, a vida leva muitas voltas, e a verdade é que nós temos famílias aqui que, de forma passageira, beneficiam e depois se autonomizam. E este é que é o grande cerne da questão". -----

-----A senhora Vereadora prosseguiu: "No que se refere a esta medida da ASU, que são as Atividades Socialmente Úteis, é uma medida importantíssima na comunidade. Nós sabemos que temos públicos muito frágeis, essencialmente, porque temos uma comunidade cigana muito grande, que não consegue, muitas vezes, fazer a formação necessária através dos meios escolares, e acaba por, na INOVINTER, no IEFP, terminar a sua escolaridade, e depois carregam muito estigma. Não só esta comunidade, como outras pessoas na nossa comunidade, que vão carregando muito estigma, e, como dizíamos, não conseguem depois encontrar no mercado de trabalho a integração. É verdade que a educação é o primeiro polo, mas depois, o mercado de trabalho será o segundo, para que a comunidade aceite e integre verdadeiramente as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Senhora Segunda Secretária. -----

----- O Presidente, *[Handwritten Signature]* -----

----- A Segunda Secretária, *[Handwritten Signature]* -----

Ata N.º 34 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco